



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 046

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 64ª SESSÃO, EM 9 DE MAIO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Referente ao tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão que será dedicado a comemorar os quarenta anos da vitória das Forças Aliadas sobre o totalitarismo nazi-fascista.

Oradores

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

SENADOR MOACYR DUARTE

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa em nome da Mesa.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO, como Líder — 80º aniversário do ex-Senador Mem de Sá.

SENADOR ROBERTO SATURNINO, como Líder — Comentários sobre a explanação do Ministro Francisco Dornelles à Câmara dos Deputados, na data de ontem.

1.2.3 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 100/85, de autoria do Sr. Senador Carlos Alberto, que isenta do imposto de renda na fonte os rendimentos do trabalho assalariado até Cr\$ 6.662.400.

— Projeto de Lei do Senado nº 101/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que disciplina a aposentadoria especial dos jornalistas profissionais, para o fim de estabelecer que as mulheres,

exercentes dessa atividade, possam aposentar-se após vinte e cinco anos de tempo de serviço.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Designação dos Srs. Senadores para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista e a Comissão Especial destinada a realizar estudos sobre reforma tributária.

1.2.5 — Comunicação

— Do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso que se ausentará do País.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 57/85, requerendo urgência para o Ofício S/2, de 1985, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de crédito externo no valor de cinquenta milhões de dólares. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 58/85, solicitando urgência para o Ofício S/8, de 1985, através do qual o Prefeito Municipal de Anápolis (GO), solicita autorização do Senado para que aquela Prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 26/79, que acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 2/80, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 340/80, que acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito a jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 18/80, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico. (Apreciação preliminar da Constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 320/80, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Fala da Presidência

Saudação à Comitativa da Valmet, da Finlândia, que ora visita o Senado.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ LINS — Medidas tomadas pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Marcos Freire, em benefício de Estados nordestinos atingidos pelas enchentes. Telex recebido de entidades classistas nordestinas, condenando alterações na política de incentivos do FINOR que estariam sendo preparadas pelo Governo.

SENADORA EUNICE MICHILES — Necessidade da implantação de minidistritos industriais no interior da Amazônia, objetivando o desenvolvimento daquela região.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Homenagem aos pracinhas brasileiros, a propósito do transcurso do 40º aniversário da vitória das Forças Aliadas sobre o nazi-facismo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Ato do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro, tornando obrigatória

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

OURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

a anotação de Responsabilidade Técnica — ART, na prestação de serviços de assistência técnica nas áreas agrônômica e florestal, quando necessário a emissão de receita agrônômica para a aplicação de produtos fitossanitários, agrícolas ou florestais.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Apelo ao Ministro da Agricultura no sentido de que atenda reivindicações do Secretário de Agricultura de Mato Grosso, tendentes a fomentar a produção agrícola daquele Estado.

SENADOR MÁRIO MAIA — 40º aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 65ª SESSÃO, EM 9 DE MAIO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 207/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui a Semana Nacional do Jovem e dá outras providências. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 7/83, de autoria do Senador Moacyr Duarte, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações. **Aprovado.** À Câmara dos Deputados.

2.2.1 — Designação de Ordem do Dia da próxima sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Nivaldo Machado, proferido na sessão de 30-4-85.

— Do Sr. Itamar Franco, proferido na sessão de 8-5-85.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 64ª Sessão, em 9 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Fragelli, Passos Pôrto e Marcondes Gadelha.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores do expediente da presente sessão será dedicado a comemorar os quarenta anos da vitória das Forças Aliadas sobre o totalitarismo

nazi-fascista, nos termos do Requerimento nº 69, de 1985, de autoria do Senhor Senador José Ignácio Ferreira e outros Senhores Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senhor Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Partido da Frente Liberal (PFL), por intermédio do eminente Líder no Senado Federal, Senador Carlos Chiarelli, incumbiu-me de enaltecer, desta tribuna, a vitória dos Aliados contra as potências do Eixo, que se convencionou comemorar no dia 8 de maio de 1945, quando foi, então, aniquilado o último reduto nazi-fascista.

Essa data tem um transcendente significado, tanto pelas suas repercussões no campo das relações internacionais — ponto de partida para um novo ordenamento político, jurídico e econômico do mundo contemporâneo, — como em virtude das consequências objetivas verificadas no âmbito interno das nações que se associaram para esmagar a barbárie do militarismo nazi-fascista.

O Brasil, graças a Deus, se integrou no sistema das forças aliadas que defenderam os valores da Democracia, da Civilização, da Cultura, da Liberdade, da Paz, do Desenvolvimento e da Justiça Social dos povos agredidos pelas ditaduras ensandecidas, — felizmente derrotadas em 1945 —, tendo sido uma das Nações onde mais se fizeram sentir os efeitos da II Guerra Mundial.

Basta acentuar que, ao contrário da I Guerra Mundial, a participação do Brasil não foi exclusivamente simbólica, mas concreta e relevante.

O nosso País enviou para o teatro das operações bélicas, a Força Expedicionária Brasileira — a FEB, constituída por 4 Generais, 1.535 Oficiais e 25 mil soldados, sob o Comandante do Marechal Mascarenhas de Moraes.

Eram os "pracinhas", como foram carinhosamente denominados pelo povo, embarcados nos meses de julho, setembro e novembro de 1944, e em fevereiro de 1945.

Os expedicionários, incorporados ao V Exército norte-americano, participaram de vários combates travados no território italiano, na planície em volta do Mar Tirreno e

no Vale do Rio Pó, além da substituição de algumas unidades norte-americanas no Vale do Reno.

Em fins de novembro de 1944, a FEB atingiu a região montanhosa de Monte Castelo — poderoso reduto dos alemães, que urgia tomar a qualquer preço, em face de sua importância estratégica.

Iniciada no dia 19 de fevereiro de 1945, a ofensiva da FEB, em Monte Castelo, foi coroada de êxito integral, depois de violentos combates, durante os quais os pracinhas derrotaram as tropas nazistas.

Em Monte Castelo a FEB obteve uma espetacular e emocionante vitória.

Seguiram-se a conquista de Montese, e os violentos combates na região de Collecchio-Fornovo, quando os brasileiros venceram os alemães de maneira decisiva. Assim é que, na madrugada de 29 de abril, os inimigos se renderam — eram 14.799 homens, 4 mil animais e 2.500 viaturas alemãs e italianas. Os pracinhas continuaram avançando, ocuparam a região de Alessandria, no dia 30 de abril, e nas frentes de batalha tomaram conhecimento da rendição da Alemanha, a 8 de maio, quando Berlim caiu, arrasada.

Todavia, a II Guerra Mundial prosseguiu com o avanço dos Estados Unidos no Oceano Pacífico, apesar da extraordinária resistência japonesa.

No dia 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram a primeira bomba atômica sobre Hiroshima, provocando a morte instantânea de mais de 100 mil pessoas e dezenas de milhares gravemente feridas. No dia 8, uma segunda bomba foi lançada sobre a cidade de Nagasaki.

O Japão rendeu-se incondicionalmente aos Estados Unidos, em setembro de 1945. Assim acabou a II Guerra Mundial.

A FEB retornou ao Brasil, entre julho e outubro de 1945, recebendo impressionantes manifestações populares.

Este sumário retrospecto parece-me oportuno no momento em que se comemora o quadragésimo aniversário da Vitória dos Aliados.

Mas, por que foi o Brasil compelido a se engajar na II Guerra Mundial e quais as consequências dessa histórica decisão?

É que, tendo se manifestado favorável ao rompimento de relações com o Eixo, por ocasião da conferência dos chanceleres do Hemisfério realizado no Rio, em dezembro de 1941, o governo brasileiro formalizou essa posição a 14 de fevereiro de 1942.

O Subsequente afundamento, por submarinos alemães, de cinco navios mercantes, em agosto de 1942, contribuiu para enfiar a opinião pública, que exigia o reconhecimento do estado de guerra com a Alemanha, oficialmente declarada a 30 de agosto de 1942.

Era inevitável que a FEB, ao regressar dos campos de batalha, teria de exercer uma profunda influência no cenário nacional, funcionando como o detonador do processo de liquidação do anacrônico regime do Estado Novo, autoritário e centralizador.

Uma nova mentalidade se implantou em todo o País, lançando em terreno fértil, as sementes da restauração democrática, e viabilizando com a deposição do Presidente Getúlio Vargas, em fins de 1945, o advento da Constituição de 1946.

Desnecessário se torna rememorar os lances, episódios e oscilações da conjuntura política administrativa e econômico-social do Brasil, induzidos ou provocados pelos efeitos da II Guerra Mundial, porque são recentes e estão na memória de todos.

Vamos concentrar a nossa atenção, por conseguinte, na avaliação das dimensões, resultados e perspectivas da vitória dos Aliados, que todos festejamos.

Convém ressaltar, de início, alguns aspectos da II Guerra Mundial, durante a qual morreram 55 milhões de pessoas, tendo sido a Rússia a Nação mais atingida com a morte de 13 milhões de soldados e 7 milhões da população civil, seguindo-se a Alemanha com 4 milhões de soldados, e em seguida, a China, o Japão, a França, a

Polônia, a Itália, e assim por diante. Os Estados Unidos perderam 300 mil soldados, e o Brasil cerca de 3 mil além dos que ficaram mutilados.

A Europa Ocidental foi despojada de sua tradicional hegemonia, transferindo-se o centro das decisões econômicas e políticas para os Estados Unidos e a União Soviética que, desde a I Grande Guerra já haviam adquirido o status de potências Mundiais.

Surgiram na Europa Oriental, nas áreas ocupadas pela União Soviética, várias novas nações socialistas.

No Extremo Oriente, com a vitória dos comunistas na China, evidenciou-se, ao custo de 6 milhões de vidas sacrificadas, uma nova fonte geradora de tensões.

Os dois poderosos pólos forjados pelas Guerras Mundiais — de um lado os Estados Unidos e, de outro, a União Soviética, corporificando os conflitos ideológicos do capitalismo e do socialismo — imperialistas, antagônicos e dominados pela obsessão da hegemonia mundial, — não conseguiram impedir o advento da China como um terceiro centro mundial de poder geopolítico e militar.

Num esforço supremo os Aliados concordaram em fundar uma nova organização internacional, convencidos de que os problemas emergentes deveriam ser examinados e discutidos, na busca de soluções negociadas, como a única alternativa de se evitar, para sempre, a irracionalidade das guerras, localizadas, regionais, ou a nível planetário.

A iniciativa foi promovida pelos Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a China, em Yalta, quando se decidiu convocar a Conferência de São Francisco, realizada em junho de 1945.

Nasceu, então, a Organização das Nações Unidas — a ONU, no dia 26 de junho, com a aprovação da sua Carta pelas 51 Nações que a subscreveram, posteriormente ratificada a 24 de outubro de 1945 pela China, União Soviética, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e demais países que entraram na guerra contra as potências do Eixo.

Foi assim que surgiu a Organização das Nações Unidas — a ONU, no dia 24 de outubro de 1945, data de sua instalação, cujos objetivos foram sumariamente definidos: manter a paz internacional, e, simultaneamente, promover a ajuda e a cooperação entre os povos — em suma, a tranquilidade, o progresso e o bem-estar da humanidade.

A ONU substituiu a Liga das Nações que, durante 20 anos de uma precária e atribulada existência, não foi capaz de evitar a II Guerra Mundial, cujas origens remotas se encontram, precisamente, no Tratado de Versalhes, de 1919, que impôs condições humilhantes, e espoliou a Alemanha derrotada na I Guerra Mundial, iniciada no dia 28 de julho de 1914.

Essa guerra, que deixou um saldo de 10 milhões de mortos, foi deflagrada pelas potências imperialistas da época, ávidas de lucros, e da conquista de colônias e mercados.

Quando terminou, em 1918, emergiam os Estados Unidos e a União Soviética no cenário mundial, como os dois grandes pólos de onde se irradiaram políticas hegemônicas e conflitos ideológicos.

Não se poderia omitir, no elenco das consequências mais importantes da II Guerra Mundial, a libertação das colônias afro-asiáticas, com o advento de novas nações que, integradas na ONU, deram início à sua trajetória específica no roteiro da independência e do desenvolvimento.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pois não. Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª, eminente Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Lourival Baptista, o Senado, nesta tarde, cumpre o ritual de todos os países e de todos os povos do mundo, nestes dias, de ho-

menagem ao 40º aniversário do fim da II Guerra Mundial. Eu e V. Exª somos oriundos de um Estado que viu o que significa uma guerra, no sofrimento do seu povo. Lá no nosso Estado, os naufragos dos navios torpedeados, excitaram e movimentaram o nosso Estado em que fomos um dos primeiros no Brasil a pedir e a exigir do Senhor Presidente Getúlio Vargas a declaração de guerra às nações nazi-facistas. Mas, veja V. Exª que nós, também, que assistimos, vimos e vivemos aquele drama do que é uma guerra na vida dos povos — o **black-out**, as restrições que o País sofreu, a política de controle de combustíveis, alimentos e transportes. Mas, havemos, hoje, de avaliar a importância que teve a II Guerra no desenvolvimento brasileiro. Foi a partir daí que a política de substituição de importações fez do Brasil, sem dúvida alguma, hoje, a grande potência industrial da América Latina. Mas a repercussão dela, sobretudo, foi na política internacional, com o eurocentrismo que era o sonho de Napoleão, transmitido ao Kaiser Guilherme II e a Hitler, Chanceler da grande nação humilhada, como disse V. Exª, no Tratado de Versalhes, e que fez com que ele, na madrugada dramática de 1º de setembro de 1939, quando reuniu o Reichstag para comunicar a invasão à Polônia, declarasse aos parlamentares alemães que: "jamais se repetirá na História da Alemanha um novo 9 de novembro". O 9 de Novembro foi a capitulação alemã às Forças aliadas de então. E, realmente, ele não capitulou: suicidou-se dias antes da rendição às tropas soviéticas em Berlim e escreveu, sem dúvida alguma, a página mais importante da História da civilização e que, através dela e em consequência dela, como V. Exª está discorrendo no seu discurso, os povos colonizados de então, da Ásia e da África, se tornaram independentes. O próprio bicentrismo — Estados Unidos/União Soviética — já está hoje no policentrismo e, sem dúvida alguma, a sociedade já passou 40 anos sem guerra e me parece que, se houver ainda outra, nas proporções do potencial bélico existente será, sem dúvida alguma, a última. Quero congratular-me com V. Exª e com o Senado Federal, porque ele hoje se associa não somente ao povo e ao Governo brasileiro, mas a todas as nações do mundo, que se estão congratulando pelo fim daquela hedionda guerra, no dia 8 de maio de 1945. Muito obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Passos Pôrto, pelo seu aparte que, na verdade, é um depoimento do que foi a guerra. O nosso Estado muito sofreu, como disse V. Exª, com os naufrágios em costa sergipana. Lá, na praia de Atalaia, onde chegavam os corpos provenientes dos três navios torpedeados — Baependi, o Aníbal Benévolo e o Araraquara — existe o Cemitério dos Naufragos, onde repousam as vítimas da guerra.

Também dei a minha contribuição, como médico, em Salvador, em 1943, no V Grupo de Artilharia de Dorso. E, depois, como Governador, tive a satisfação de terminar a construção do Monumento do Expedicionário, em homenagem à Vitória dos Aliados, que hoje estamos comemorando.

Hoje, no 40º aniversário da Vitória dos Aliados, quero dizer a V. Exª que o seu depoimento muito enriquece o nosso pronunciamento.

O Sr. Américo de Souza — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador Américo de Souza.

O Sr. Américo de Souza — Nobre Senador, Lourival Baptista, desejo, neste rápido aparte, associar-me às homenagens que V. Exª está prestando em comemoração ao 40º aniversário de término da II Grande Guerra Mundial. E, quando V. Exª se refere às perdas brasileiras, naquele conflito, devo dizer que, ainda menino, lembro-me de que alguns maranhenses, que foram chamados a defender a honra brasileira no solo europeu, foram também vítimas daquele conflito, e trouxeram lágrimas a

muitos lares no meu Estado. Mas, de toda a História da II Grande Guerra, nobre Senador Lourival Baptista, o que, na verdade, lamentamos é que os homens que dirigem nações não se tenham, ainda, muitos deles, convencido de que a guerra é um flagelo mundial.

Exemplo nós temos de que, depois da II Grande Mundial, já tivemos a Guerra da Coreia, a do Vietnã e hoje estamos presenciando a guerra entre o Irã e o Iraque. Desejariamos que os exemplos da II Guerra Mundial servissem para que os homens que dirigem nações verificassem que este flagelo não deveria mais se repetir, por todos os tempos. Neste meu aparte, modesto, como modesto é o seu autor, desejaria lançar deste Senado brasileiro um apelo aos homens de responsabilidade do mundo inteiro, para que tudo fizessem, para que varressem do nosso continente, para que varressem do nosso planeta a idéia sequer de novos flagelos. Muito obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Américo de Souza, pelo seu brilhante aparte, porque, na verdade, a guerra é um flagelo que, destruindo cidades e países, provoca inenarráveis sofrimentos, além de aniquilar populações, enlutando as famílias. O aparte de V. Exª também muito enriquece o nosso pronunciamento.

A esta altura, caberia indagar, sem pretender avançar nos domínios da futurologia, se a ONU vem correspondendo à confiança e às expectativas da humanidade, sobretudo no que tange à sua capacidade de administrar os conflitos internacionais que, geralmente, degeneram em guerras catastróficas, crises, ou investidas neocolonialistas.

Como uma homenagem ao insigne Presidente Tancredo Neves, cujo desaparecimento traumatizou a Nação brasileira, transcrevo trecho do seu diálogo com o Professor Celso Lafer, ao ensejo do II Painel de Assuntos Internacionais promovidos pela Câmara dos Deputados, em outubro de 1977. São conceitos que revelam a lucidez e o realismo de um autêntico estadista. Disse, em aparte, o Senhor Tancredo Neves ao Professor Celso Lafer:

Confesso que não estava no meu propósito inscrever-me para interpelar o nobre e eminente Professor Celso Lafer. Só o faço atendendo à solicitação do Presidente Flávio Marçílio. E a minha interpelação se refere ao seguinte: O que nos é lícito esperar, para o futuro, da atuação da ONU? Depois que ela foi, a meu ver, definida corretamente por Soljenitzen em seu famoso discurso, ao receber o prêmio Nobel, não como uma organização de nações, mas como organização de governos — o que, na opinião daquele eminente pensador, reduzia e desprestigiava o seu conceito internacional e contribuía para gerar a atmosfera de ceticismo que a cerca. Parece-me que realmente o pensamento dominante hoje, no mundo, é o de esperar-se muito pouco da ONU, em face dos seus notórios fracassos na Líbia, na África do Sul, na Rodésia, no diálogo norte-sul e tantos outros que se poderiam invocar, e que ilustram vivamente a impotência dessa instituição para se impor como órgão de decisão. Então a minha pergunta, ... é se ela tende a se transformar realmente num fórum de debates, ou apenas num centro de esfriamento das grandes crises que sacodem o mundo; se tende a recuperar o seu prestígio para se transformar realmente num organismo em condições de impor decisões, interpretando uma soberania internacional a que se aspira e deseja."

Foi a seguinte a resposta do Professor Celso Lafer:

"Meu caro Deputado Tancredo Neves: quero inicialmente agradecer a V. Exª pela presença, aproveitando a oportunidade para homenagear esta rara combinação de qualidade, de lucidez, coragem e habilidade, que fazem de V. Exª um dos verdadeiros eminentes homens públicos do nosso País, cuja tra-

jetória política vem iluminando, com pertinência e pertinência, há tantos anos, os rumos dos destinos nacionais.

A sua pergunta, Deputado Tancredo Neves, ... é de difícil resposta. Não creio que se possa esperar muito da ONU, mas isto não deve ser fator de desespero. A ONU, hoje em dia, é uma organização muito grande e complexa. A administração dos conflitos mundiais e o seu encaminhamento na Assembleia, que tem uma pauta decisória tão aberta, é extremamente difícil. É por isso que a Assembleia Geral acaba sendo, vamos dizer assim, um centro de debates, que permite encaminhar a outras esferas, a outros órgãos, em parte a ela ligados, as negociações mais concretas por meio das quais os países buscam encontrar a forma e as modalidades de sua cooperação e ação conjuntas.

Em verdade, na medida em que a ONU deixou de ser a arena da ação preponderante das grandes potências e passou a ter que enfrentar a realidade do Terceiro Mundo, ela não encontrou, no dia-a-dia do seu funcionamento, um caminho institucional capaz de administrar a nova realidade, assinalada pela presença numericamente majoritária do Terceiro Mundo e pelas realidades do poder das grandes potências. É por isso que a ONU enfrenta uma crise institucional, ainda em busca de um solução que a absorva e supere."

Nesse curto diálogo, reflete-se o panorama atual da ONU, que é, sem sombra de dúvida, uma das consequências maiores da vitória dos Aliados na II Guerra Mundial.

Se é verdade que a Liga das Nações não logrou atingir os seus objetivos em virtude da voracidade, da intransigência e da irracionalidade dos imperialismos predominantes, tudo indica, porém, que os destinos da ONU serão inteiramente diferentes.

Seria inconcebível admitir-se a possibilidade do seu malogro, apesar dos conflitos ideológicos e dos antagonismos de interesses.

Cordell Hull, Secretário de Estado do Presidente Franklin Roosevelt, asseverou, em 1943:

"...a nova organização mundial, que certamente será criada no fim da guerra, significará o fim da política de Poder e anunciará o advento auspicioso de uma nova era de colaboração internacional."

São palavras que traduzem confiança na predominância dos valores éticos, dos princípios da autodeterminação, da independência, do respeito mútuo e da cooperação entre as nações — fundamentos imperecíveis da Organização das Nações Unidas.

Mesmo porque já estão consolidados, a nível planetário, 40 anos depois, os imperativos da essencialidade da ONU como uma instituição a serviço da humanidade, cuja sobrevivência dela depende.

Assim pensavam, entre muitos outros grandes expoentes da inteligência humana, Einstein e Bertrand Russell quando, estarrecidos com as sinistras dimensões e perspectivas da corrida armamentista, condenaram a proliferação de armas sofisticadas e das bombas atômicas, armazenadas nos arsenais atualmente existentes.

Einstein, em 1947, advertiu:

"Somente existem duas alternativas para a humanidade: um governo mundial ou o holocausto nuclear."

("There are only two alternatives for mankind: World government or nuclear holocaust.")

Bertrand Russell, por sua vez, declarou em 1970:

"A humanidade não logrará atingir o Século XXI se alguma espécie de governo mundial não for estabelecida."

("Mankind will not reach the 21st century if some kind world government is not established.")

Na verdade, a responsabilidade máxima da ONU, o seu grande desafio consiste na preparação do advento de uma nova ordem mundial democrática, capaz de eliminar, para sempre, as ameaças das guerras e crises periódicas, que desestabilizam as Nações e ameaçam a sobrevivência de todos os povos.

Poderíamos concluir ser este o dilema supremo da ONU: — ou atinge os objetivos determinantes de sua criação há 40 anos, superando a vulnerabilidade de suas deficiências estruturais; ou então, desaparecerá melancolicamente, como a malograda Liga das Nações.

Devemos, contudo, ter confiança no futuro da humanidade, que não admite, nem se conformará com o fracasso da conquista maior dos Aliados, em 1945.

O Sr. Jorge Kalume — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Vou ao encontro das homenagens que V. Exª está prestando ao término da II Grande Guerra. V. Exª fez uma evocação dos méritos e do heroísmo dos nossos soldados. Eu gostaria de lembrar, porque não ouvi por parte de V. Exª, uma referência ao Comandante-em-Chefe, o imortal João Batista Mascarenhas de Moraes, que foi àquele teatro da guerra comandando os nossos pracinhas. Nesta oportunidade, tem V. Exª a minha solidariedade, a par da minha saudação bem expressiva e profunda àqueles que se entregaram em defesa da liberdade. Muito obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito obrigado, eminente Senador Jorge Kalume, mas esclareço que, logo de início, mencionei o nome do inolvidável Mascarenhas de Moraes, Comandante-em-Chefe da FEB. O aparte de V. Exª realça o meu pronunciamento.

A ONU funcionará, na plenitude das suas potencialidades, aperfeiçoando e fortalecendo cada vez mais o seu desempenho.

Eram estas as considerações que desejava formular, em nome do Partido da Frente Liberal, à margem de mais um aniversário da Vitória dos Aliados na II Guerra Mundial.

Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Duarte.

O SR. MOACYR DUARTE (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Humanidade comemora, neste mês de maio, 40 anos de derrubada da mais cruel e sanguinária de todas as tiranias que já enodoaram e entenebreceram as páginas da História — o negregado nazi-fascismo totalitário. Há 40 anos que a Humanidade se libertava do pesadelo, do luto e do terror de uma guerra que deixou escombros e destruição irrecuperáveis na superfície das nações e cicatrizes inapagáveis na alma dos povos.

A 2ª Guerra Mundial, que marcou a ascensão e queda do Terceiro Reich, assinala a maior hecatombe e o mais amplo e cataclísmico conflito de toda a História da raça humana, hedionda e terrível matança que assombrou o mundo, e cujo número de mortos alcançou a aterradora soma de 50 milhões de vítimas.

Há, precisamente, 40 anos, numa Europa incendiada, dilacerada e estilhaçada por multidões ensandecidas pelo sangue jorrante de milhões de mortos, numa civilização em ruínas, era assinada a rendição da Alemanha nazista às vitoriosas forças aliadas. Terminara, assim, o Terceiro Reich, idealizado e institucionalizado por Adolf Hitler, gênio do mal e da loucura, fundador da Nova Ordem, que pretendia dominar o mundo e durar mil anos e que acabava sob cinzas e chamas, após 5 anos e meio de conflito, de decadência e degradação do grande povo alemão.

A assinatura da rendição a 8 de maio de 1945, em verdade, foi apenas um ato formal, pois já descera o crepúsculo sobre o eixo Roma-Berlim, com o destino cortando numa mesma semana o frio da vida de Mussolini e Hitler, dois homens que utilizaram a ditadura, a demagogia, a massificação, a propaganda, o terrorismo, a hipnose coletiva, a astúcia política, a exacerbação dos conflitos sociais internos, a perseguição aos adversários, para empalmar o poder em golpes de Estado e implantar o seu domínio sobre o medo, a escravidão, a fome, a miséria e o desespero de sua gente.

Não houve continente, região, país, território, colônia ou protetorado que não sofresse as agressões diretas ou as conseqüências indiretas da catástrofe que transformou o planeta Terra num verdadeiro Apocalipse, cujo fogo queimava e incinerava os derradeiros sonhos e as últimas esperanças do homem.

O nosso País sentiu em suas águas territoriais, em seus navios e barcos, a fúria destruidora dos vândalos, o sangue dos patrícios tingiu os oceanos e as lágrimas da viuvez e da orfandade tornaram mais salgados os mares. Tudo isso exaltou o nosso patriotismo e os nossos bríos de cidadania e soberania, levando-nos a participar do conflito.

A Aviação, a Marinha e o Exército responderam presente ao chamamento do mundo livre e, a 3 de janeiro de 1944, partiram para um treinamento intensivo nos Estados Unidos da América e logo depois, para a frente de batalha, os integrantes do Grupo de Caça Brasileiro, hoje o 1º Grupo de Aviação de Caça. Aberto o voluntariado para a Força Expedicionária Brasileira, já no dia 29 de junho do mesmo ano, embarcava para a Itália o 1º Escação da FEB. O navio transporte levava 5 mil combatentes, tendo como Comandante Supremo o Marechal Mascarenhas de Moraes e, comandantes da Infantaria e Artilharia, respectivamente, os Generais Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias. A bravura dos nossos soldados foi testada e comprovada nos combates de Massarosa, Monte, Monte Comunale, Monte Castelo, Castelnovo, Montese, Zocca, Montalto Collechio e ali os nossos pracinhas cobriram-se de glórias e foram apontados e citados como entre os mais competentes e valentes soldados do mundo.

A conquista da cidade de Turim, em 1º de maio de 1945, e o embate com os exércitos adversários, enfrentando o rigoroso inverno europeu na batalha da chamada Linha Gótica, na cadeia de montanhas dos Apeninos e estuário do Pó, são feitos que figuram nas páginas de maior bravura da II Grande Guerra. Mas o grande e inavaliável legado que a vitória das Nações Unidas outorgou ao mundo e que a vitória da FEB deu ao Brasil, foi, sem dúvida, o renascimento do espírito democrático, a prevalência dos postulados da legalidade, enfim, a ressurreição daquilo que Montesquieu chamou de "O espírito das leis". E mais ainda: a consolidação de um estado d'alma que condenava as ditaduras, o totalitarismo e as tiranias e as responsabilizava por todos os males sociais que corroem os organismos das nações.

Aqui, no Brasil, vimos como o espírito da FEB, corporificado na ação dos seus generais, após o término da luta armada na Europa, contribuiu para sepultar, também, o regime ditatorial iniciado em 10 de novembro de 1937, o chamado Estado Novo, que tentara se manter neutro e indiferente à Grande Guerra eclodida em 1939. O Estado Novo caiu por suas contradições e conflitos internos, sobretudo pela impossibilidade de compatibilizar o ideal que animou a luta pela liberdade nos campos e trincheiras da Europa, e a submissão a um governo sem Parlamento e sem liberdade. A retirada do apoio militar a Getúlio Vargas provocou a queda da ditadura.

A vitória das forças aliadas abriu ao mundo a paisagem e as perspectivas de uma vida livre, digna e honrada para todos os povos; despertou na consciência das gerações o dever de lutar contra os depósitos e de não se render às tiranias. As quedas de Hitler e Mussolini foram seguidas pelas de Nasser e Peron, Somoza e Duvalier,

Salazar e Franco, com a revolta dos Cravos e o Pacto de Moncloa.

Enquanto as ditaduras fabricam tiranos que escravizavam a sua gente, as democracias geram líderes que são amados pelo povo e promovem a grandeza, o progresso e a riqueza de suas terras. Churchill, Roosevelt, Aénauer, De Gaulle, Ghandi e tantos outros, que alargaram as dimensões do homem e ampliaram as fronteiras cívicas, morais e culturais das nações, são heróis de seu povo e patrimônio da humanidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este Congresso existe e funciona, como a grande maioria dos Parlamentares mundiais, porque homens como os líderes referidos, foram capazes de todos os sacrifícios, dedicações, doações, amor à sua terra, ao seu povo e pugnaram pela liberdade, pela paz, pela democracia e pela humanidade.

Este Congresso vive e será o ventre de onde brotará uma Nova Constituição para este País, porque os soldados do Brasil, os expedicionários da FEB deram seu sangue e suas vidas para que a liberdade, o direito, a democracia e a esperança não desertassem da alma dos homens nem fossem banidos da face da terra.

Por isso, por mais honrarias, louvações, homenagens e reverências que sejam tributadas em glória dos que pelejaram ou se deram em holocausto para a vitória do bem, da verdade e do amor, nunca terão sido bastante para expressar toda a gratidão dos homens por aqueles que contribuíram, de todas as formas, para que não perecesse a espécie humana, pois a última Grande Guerra chegou a parecer, em determinados momentos de climax e de terror atômico, a antevéspera do Juízo Final.

Façamos deste dia, o Dia da Paz, o Dia da Vitória, o Dia da Ressurreição, o Dia da Esperança e, também, o Dia da Abolição da Guerra, para que seja proscrito do Código das Nações o mandamento que permite a beligerância e a luta entre os povos, e que não somente as guerras de conquista, as guerras de dominação, as guerras de interesses comerciais e econômicos sejam postergadas, como também toda guerra, pois não há guerras justas, nem guerras santas, todas as guerras são más, odiosas, nocivas e cruéis.

Dizia o Padre Vieira, num dos seus famosos Sermões:

"É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça, ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura sua honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela; e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro."

O Sr. Presidente e Srs. Senadores, o fantasma de outro conflito mundial assombra as criaturas, ronda os espíritos e neurotiza as nações. Sabemos que se uma nova guerra eclodir, a humanidade estará condenada a ser consumida no inferno de fogo que ela mesmo ateará. Não haverá salvação para ninguém, diante do confronto de armas nucleares de tão chocante e arrasador poderio mortífero, que as ruínas fumegantes de Hiroshima e Nagasaki, remorso e pesadelo, serão miniaturas de jardins de cinzas e pequenos cogumelos de uma floresta de monstros.

Num conflito dessa ordem e proporções nenhuma Nação poderá estar a salvo, e todas serão atingidas pelo terremoto nuclear. Nenhum povo poderá desfrutar de uma neutralidade que será letra morta nos tratados internacionais, porquanto a planetização e a aldeia global da expressão marcuseana em que se transformou o mun-

do frente ao gigantesco e tentacular crescimento tecnológico, faz as coisas acontecerem a um só momento nos mais longínquos lugares da terra e transveste todos nós em gêmeos xifópagos e irmãos siameses pela dor, pelo destino e pelo mesmo fim trágico e caótico.

Na II Grande Guerra, a tecnologia dominante datava de 40 anos passados, e sabemos os efeitos destruidores das armas e das potências do mal. Hoje, que os progressos, descobertas e avanços da ciência são geometricamente maiores em tempos matematicamente mais curtos, podemos fazer um prognóstico sombrio e alucinante do que seria um choque atômico e nuclear entre superpotências armadas e municiadas com os mais fantásticos e indescritíveis engenhos bélicos, capazes de destruir a terra em poucos dias e horas, transformando os povos em montões de cinzas, sem passado, sem história, sem futuro, sem vida, pois ninguém sobreviverá para descrever o dia depois, porque não haverá depois...

O chamado "Day After" será o silêncio do fim do mundo, e não será dia e, sim, a noite eterna do caos sem remissão.

Vemos contristados e preocupados a corrida armamentista e as descobertas tecnológicas no campo da guerra bacteriológica e nuclear, e as escaramuças verbais da guerra fria que é o prenúncio alarmante da guerra quente. Esperamos, ainda, num quase desespero de último apelo, que os dirigentes máximos das Nações de primeira grandeza tenham humildade e humanidade bastantes para fugir das falsas atmosferas, evitar os equívocos e incompreensões, as imprevidências e as vaidades, o mandonismo e a prepotência que no passado levaram o mundo à crise e à falta de diálogo geradores do absurdo de duas conflagrações mundiais numa mesma metade de século.

Cesse na face da Terra e tirania e já teremos dado um grande passo no caminho da paz, pois as ditaduras são matrizes de guerra, pois tudo dependerá da vontade de um só que sobrepõe ao desejo do grupo ou da maioria. Dizia Camus que o poder é triste. Triste e só. O indivíduo solitário que empulha todos os poderes é revestido da sacralidade pelos louvadores e turiferários, e se arvorar de um deus, e passa a por e dispor dos homens e das coisas, como se fossem propriedade sua e bens seu.

A ninguém se pode dar todos os direitos, todos os poderes. O direito de um cessa e se limita no direito do outro, do seu semelhante. E o poder de um esbarra no direito de todos. Não pode haver todo o poder para um. Só o povo é titular do poder total. Só ele, por sua representatividade legítima é dono de todos os direitos e vontades, e sabe discernir onde está o bem e o mal, e é capaz de construir o reino da justiça do qual será o maior beneficiário. E esse reino será o da paz.

O Sr. Jorge Kalume — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOACYR DUARTE — Com muito prazer, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Nobre Senador, não quis interromper V. Exª antes, porque estava ouvindo com muita atenção, esta narrativa que estava fazendo sobre os tristes acontecimentos da II Grande Guerra, da qual o Brasil participou, com muito orgulho para todos nós. V. Exª descreve com o brilho invulgar da sua inteligência e que nos deixa meditando: efetivamente, a guerra é uma brutalidade. E, se continuar, como vai, esse egoísmo avassalador, ninguém, hoje, como disse V. Exª, poderá descrever o ontem porque não haverá o hoje. Parabéns por esta narrativa mas, ao mesmo tempo, devo dizer, nesta oportunidade, que a experiência brasileira além-mar foi um orgulho para todos nós, pois os nossos soldados do Exército, os nossos marujos, os nossos soldados da Aeronáutica, souberam, com aquela bravura que lhes é peculiar, mostrar que nas horas necessárias são tão bravos como os mais bravos soldados experimentados do mundo. Nesta ocasião, eu homenageio, em primeiro lugar, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica do meu País, bem

como a dos países aliados que lutaram também, bem como as forças dos países aliados que lutaram também ao nosso lado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MOACYR DUARTE As referências elogiosas de V. Ex^a ao meu pronunciamento, eminente Senador Jorge Kalume, me desvanecem, sobremodo. E com referência às homenagens de V. Ex^a que, no meu discurso, vem de prestar às Forças Armadas do nosso País, associo-me e solidarizo-me com o seu pensamento. Muito obrigado!

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Acreditamos que só a democracia pode salvar os povos e a humanidade, e só os países livres e democráticos podem conduzir os destinos das nações. Só o respeito e a submissão aos ditames da lei fazem os povos livres e cria a grandeza e a riqueza de sua gente. A Declaração dos Direitos Humanos é o catecismo cívico de todos os povos que amam a verdade, a liberdade e a paz. Vamos buscar inspiração constante nas idéias, na vida e nos exemplos dos pró-homens que, pensando na felicidade e grandeza dos povos, elaboraram filosofias, conceitos e ideais que abrem caminhos para a conquista dos direitos democráticos. Que os princípios imortais da Declaração da Independência, enunciados por Jefferson; que os postulados da liberdade prevaleçam sobre a escravidão, como foram propostos por Lincoln; que as quatro liberdades agigantem-se sobre todos os totalitarismos, como foi apregoado por Roosevelt; e que sejamos fiéis aos ideais de dignidade pública e interesses comuns, de generosidade humana e de justiça social, para que todos os povos livres se unam e a paz se consolide e a guerra seja banida da terra e da memória e da vida dos homens.

Tenhamos sempre presente nas nossas vidas, como uma estrela iluminando a noite de descrença, a frase de Manuel Scorza, em seu livro "A Dança Imóvel":

"Ninguém pode ser plenamente feliz enquanto os outros continuam sendo infelizes. Não pode existir nenhuma ilha de prazer em meio de um oceano de crimes e horror".

Vamos democratizar o poder e humanizar o governo. Sem isso não haverá paz, nem amor, nem solidariedade, nem felicidade. Deixemos de lado, no esquecimento e no deserto, aqueles para quem o governo é como o "Rei cuja vontade manda mais que a Justiça e a Verdade", do verso de Camões. Tenhamos cuidado com os lobos vestidos de cordeiro, pois eles pregam a paz com punhais ocultos dentro de suas indumentárias solenes. A história diz que Himmler, o carrasco nazista, que fez da tortura uma ciência e uma profissão, entrava em casa pela porta dos fundos, para não acordar o seu canário favorito. A tantas chegam o disfarce, os segredos e as contradições da mente e do coração do homem só, prepotente e vaidoso.

Vamos esperar, confiar e crer que os novos tempos serão mais humanos e felizes, e que os homens saberão, como no verso de Neruda, repartir com amor o pão, o vinho e a canção.

Lembremos permanentemente, como uma oração, a sentença de Camus, de que "nenhuma vitória é lucrativa se ela é construída sobre a mutilação do homem".

Não pode haver naturalidade entre o direito e o crime, prelecionava Rui. Não pode haver indiferença entre a verdade e a mentira, entre a razão e a inconsciência, entre a liberdade e a opressão, entre a democracia e a tirania.

Vamos construir, unidos e fortes, o reino da democracia, da justiça e da paz. Assim teremos redimido o sacrifício dos que morreram por um mundo melhor, que temos o dever de edificar para nossos filhos e para o futuro da humanidade.

Façamos amor e não ódio. Façamos democracia e não ditadura. Façamos a paz e não a guerra. Construamos a paz como a casa da Bíblia, que nunca cairá porque foi edificada sobre a rocha. Só assim seremos dignos da vida num mundo ainda por vir.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra, ao nobre Senador Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores:

Há quarenta anos chegava a termos uma das maiores tragédias da idade contemporânea quando, no dia 8 de maio de 1945, foi assinada em Reims, perante o general Dwight Eisenhower, dos Estados Unidos, pelo general Alfred Joll, a rendição incondicional da Alemanha, ratificada, no dia seguinte, em Berlim, pelo seu chefe, general Keitel, perante o comandante dos exércitos soviéticos, Jukov, o marechal britânico Sr. Arthur Tedder e o general Francês Latte de Tassigny.

A maior conflagração bélica da história, iniciada a 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia pela Alemanha, durou, na verdade, quase seis anos, provocada pelo eixo totalitário nipo-nazi-fascista, sustentada a agressão praticamente pelas tropas germânicas, depois de cuja rendição seria fácil, graças à atorização de Hiroshima e Nagashaki, levar os japoneses à capitulação, a 14 de agosto de 1945.

As operações militares desse formidável conflito abrangem todos os oceanos, espalharam-se no espaço aéreo, atingiram dezenas de cidades abertas, estendendo-se por milhões de quilômetros quadrados, travando-se, em cinco grandes frentes, as principais batalhas que decidiram o desenrolar do conflito.

Participaram dessa Segunda Guerra Mundial sessenta e um Estados, com um bilhão e setecentos milhões de habitantes, na Europa, na Ásia e na África do Norte, e nas costas atlânticas das Américas.

Mobilizaram-se cento e dez milhões de soldados, morrendo cinquenta e cinco milhões de pessoas, feridos mais de trinta e cinco milhões, sendo um terço de incapacitados.

Enquanto a União Soviética viu sacrificados mais de vinte milhões dos seus filhos, na maioria civis e prisioneiros de guerra, a Polónia perdeu um sexto da sua população, dizimados seis milhões de pessoas.

Foram queimados duzentos e sessenta bilhões de dólares no esforço de guerra, sendo as perdas materiais da Polónia correspondentes a trinta e oito por cento do patrimônio nacional.

O conteúdo econômico e ideológico, claramente exibido nas motivações desse conflito, alimentara-se, desde início, do espírito revanchista cultivado pela Alemanha, desde o armistício que fora obrigada a assinar, para por fim à primeira Guerra Mundial.

Foi esse orgulho nacional, alimentado sem tréguas pelos germânicos, que tornou possível a ascensão de Adolf Hitler ao poder, às costas do velho marechal Hindenburg e da intriga anticomunista tecida pelo nacional-socialismo, tendo como instrumento a utilização maciça da propaganda e do aliciamento da juventude.

Essa doutrina conhecida logo como nazismo encontrava, na Itália, um emulo vigoroso, Benito Mussolini, inspirado nas idéias de Marinetti, segundo as quais "a guerra é a única higiene do mundo", não lhe faltando o apoio político de Pirandello, um dos gênios literários da península itálica.

Esse nacionalismo racista, que praticava a mais declarada estatolatria, teve, no Oriente, a admiração dos japoneses, com os três países dominados pelo mais vigoroso militarismo, quando os chefes, originariamente civis, sempre apareciam, em público, com os mais ostentosos trajes militares.

Eis a característica identificadora dessas três potências do eixo, a Alemanha, a Itália e o Japão: uma ferrenha oligarquia militar, em que os partidos políticos únicos não eram mais do que milícias para-militares, intolerantes e bárbaros, dominando, a ferro e fogo, pela espionagem interna e pela violência, a desarmada população ci-

vil, transformada em massa de manobras para aplaudir os enormes desfiles patrocinados pelo Partido ou pelo Governo, em nome de uma suposta superioridade nacional ou racional.

Na Europa, cultivam, italianos e alemães, o arianismo, fiéis às doutrinas de Chamberlain, Reinach e Gobineau, apresentando o tipo dólico-louro como padrão eugênico e induzindo a juventude ao acasalamento que mantivesse esses padrões raciais.

O apóstolo do pan-germanismo nazista era o filósofo Frederico Nietzsche, padroeiro da violência, que apontava o cristianismo como uma religião de vencidos e de escravos. Enquanto a Itália cultivava as idéias de exaltação da força de Marinetti e Pirandello, este sibarita mascarado em convicções estéticas, o Japão voltava os olhos para o passado, cultuando as artes marciais e a memória dos samurais, preparando seus pelotões de "Kamikazi" para a tarefa suicida dos combates extremos.

Esses três aliados — o nipo-nazi-fascismo — se constituíram na trilogia mais violenta de todos os tempos, superando as hordas tártaras, a ferocidade dos antigos mongóis, a ira terrível do Josué Bíblico, a cimitarra dos maometanos durante as cruzadas, a fúria incendiária dos bárbaros, a ação sistemática destrutiva das legiões romanas.

Os filmes e fotografias daquela época, conservados nos arquivos, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, bem como as fidelíssimas versões apresentadas, atualmente, na televisão e no cinema, mostram os horrores dos bombardeios aéreos e marítimos, o emprego arrasador da infantaria, da artilharia e das tropas motorizadas, fazendo-nos descrever, nesse desfile apocalíptico, estivessemos diante de seres humanos.

Mas, muito pior do que essas terríveis ocorrências no teatro da luta, no campo de batalha, envolvidos soldados preparados para esse desenlace, foi o que se passou por trás das fronteiras, nos guetos judeus e nos campos de concentração da Alemanha, barbárie pior do que o bombardeio das inermes populações civis.

A Polónia — e neste momento evoco e saúdo a presença de seu eminente Embaixador no Brasil que aqui se encontra presente, juntamente com o Secretário da Embaixada — a Polónia, como nação, e os judeus, como minoria nacional, foram os grupos humanos mais sacrificados pela desumanidade nazista.

Ainda recentemente, na última Páscoa, o Papa João Paulo II lembrou os genocídios e os estragos da Segunda Guerra Mundial, destacando que, quarenta anos depois, ainda não reina a paz e as atrocidades persistem em outras partes do mundo.

Naquele ensejo, lembrava Sua Santidade ao mundo inteiro:

"A memória volta espontaneamente à situação de quarenta anos atrás, quando na Europa, Ásia e outros continentes se punha um fim à Segunda Guerra Mundial, desencadeada por uma absurda ideologia imperialista. Durante mais de cinco anos a humanidade viveu uma horrorosa experiência.

Dezenas de milhões de homens mortos cruelmente nas frentes militares, cidades arrasadas, hecatombes de aviões e navios, populações isoladas pela fome e privações. Outros milhões de seres humanos dizimados e extenuados nos campos de concentração, o povo hebreu conduzido ao extermínio e, finalmente, a aterradora experiência das primeiras explosões nucleares."

Rememorados tais horrores, João Paulo II faz uma indagação da maior gravidade, ao questionar se, passados quatro decênios, conquistamos a verdadeira paz, fruto de uma ordem justa, baseada no respeito real dos direitos do homem e das nações, salientando:

"Com dor deve-se reconhecer que muitos são ainda os locais do mapa do mundo, onde os direitos

humanos são negados ou violados nas formas mais duras de opressão. Os locais de tortura, os campos de segregação ou de trabalho desumano continuam provocando vítimas inumeráveis freqüentemente silenciadas ou esquecidas. Milhões de crianças, homens e mulheres são deixadas para morrer por causa da carestia, da seca ou da desnutrição. Há nações que ainda esperam que seus direitos soberanos sejam reconhecidos, porque não os recuperaram ou porque os perderam. As ideologias que persistem no ódio e na violência não deixam de enganar ou intoxicar os povos, enquanto a corrida armamentista ameaça a humanidade de destruição total. Assim, várias guerras, de diferentes extensões e durações, com um poder destruidor cada vez maior, continuam semeando vítimas e ensanguentando diversas regiões do mundo."

Esta síntese admirável do Sumo Pontífice demonstra que as nações aliadas venceram a guerra, mas o mundo não ganhou a paz.

Essa comemoração do quadragésimo aniversário do encerramento daquele conflito, na Europa, teve muitos episódios singulares.

No dia 20 de março último, realizava-se em Auschwitz — onde estávamos nós, eu, o eminente Senador Lomanto Júnior que chefiava a missão brasileira, o eminente Senador Jorge Kalume, o eminente Senador Moacyr Duarte e o eminente Senador Lenoir Vargas, além dos Deputados João Faustino, e Rubem Figueiró — lá em Auschwitz, uma grande manifestação antibélica, lembrando-se quatro decênios da liberação daquele campo de concentração pelas tropas soviéticas.

Naquela oportunidade, aprovou-se um, "Apele a todos os povos do mundo", proclamando-se:

"O nosso dever é fazer lembrar o passado às novas gerações. Quando existir o fascismo, o nazismo, o anti-semitismo, a xenofobia, o desprezo para os valores humanos, a intolerância, o espírito de conquista e o culto da força, toda a humanidade sentir-se-á fortemente ameaçada. A esses, que tentam negar, amenizar ou esquecer os crimes do fascismo, nós, que fomos testemunhas e vítimas, não deixaremos de transmitir a verdade sobre aqueles fatos."

Cerca de meio bilhão de habitantes do nosso planeta sofre de subalimentação, e cada dia morrem de fome milhares de crianças. As despesas para fins militares, nos países desenvolvidos, cada ano, sobrepõem os produtos nacionais dos países em desenvolvimento.

Estes que conheceram o trágico destino dos campos nazistas de concentração e os horrores da guerra têm o direito e a obrigação de dizer: "Que termine de uma vez por todas a corrida armamentista; que sejam cortadas as despesas absurdas que ameaçam a vida e o desenvolvimento do homem; que cresça a confiança entre os homens, povos e Estados; que cada contenda seja resolvida pela via pacífica; que seja afiançada pelos esforços de todos a paz conquistada há quarenta anos e hoje seriamente ameaçada; que todo mundo se lembre das palavras de Pasteur: "Se a humanidade não acabar com a guerra, a guerra acabará com a humanidade".

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não, tem o aparte eminente Senador Luiz Cavalcante, com muita honra para mim.

O Sr. Luiz Cavalcante — Ao irromper a II Guerra Mundial, eu era Cadete da Escola Militar do Realengo, onde tive, como meu primeiro Comandante, o Coronel João Batista Mascarenhas, a quem nós, Cadetes, chamávamos, carinhosamente, de João Bã. Aquele mesmo Coronel que veio a ser o Comandante da Força Expedicionária Brasileira. Ao findar a guerra, no dia 8 de maio de 1945, como Tenente que era, servia no IV Batalhão Ro-

doviário, sediado em São Luiz de Cárceres, Mato Grosso, onde a notícia do término do conflito levou a pequena cidade a um verdadeiro carnaval. Um carnaval com uma única música, que foi o incessante buzinar da sirene do cinema do Zé Cachorrinho. V. Ex^a já recordou que o conflito ceifou a vida de 55 milhões de pessoas. Entre elas companheiros de turma e diletos amigos meus. Para terminar, quero lembrar o armagedônico vaticínio de Einstein, que disse certa vez: "Não sei que armas os homens usarão na III Guerra Mundial, mas a IV Guerra será somente a pau e a pedra". Muito obrigado.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte que muito me sensibilizou, não só por ser V. Ex^a o apartante, como pela nota de comoção pessoal que V. Ex^a expressou. Incorporo, com muita honra este aparte ao meu pronunciamento e se pudesse o faria, inclusive, com o toque emocional que certamente nos sensibilizou a todos.

Prosseguindo, Sr. Presidente.

Quando a Guerra terminou, treze milhões de crianças européas estavam na orfandade.

Enquanto isso só para esmagar a Polônia, graças à sua força aérea e às divisões blindadas, na primeira, "blitz Krieg" da história, os alemães perderam dez mil soldados, elevando-se tais perdas a 28 mil mortos e 60 mil feridos, contando-se as campanhas da Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, França, Iugoslávia e Grécia, bem como na batalha aérea contra a Inglaterra e nas ações de Rommel na África.

Nunca o tratamento dos prisioneiros foi tão desumano.

Nos campos de concentração da Alemanha, da Polónia eles recebiam uma alimentação com 1.300 a 1.700 calorias diárias, logo chegando ao colapso psíquico, de apatia extrema e desinteresse pela vida. Levados ao hospital; antecâmara do crematório, a SS achava melhor não alimentá-los, enquanto os médicos se dedicavam a experimentos "in vivo", chamados de "ações especiais".

Faziam tudo ostentivamente, até que houve prenúncios da derrota nazi-fascista, quando os exterminadores tentaram apagar os rastros, dinamitando câmaras de gás e fornos crematórios.

Depois da vitória aliada, no Tribunal Militar Internacional de Nuremberg e no Tribunal Supremo da Polónia, quando se comprovou que só em Auschwitz foram assassinados mais de quatro milhões de homens.

Setembro de 1939 entrou na História com o apelido de "setembro negro".

Trata-se de um luto universal da humanidade, pelo maior holocausto de todos os tempos, iniciado naquela primavera pelas "panzer division" da Alemanha, jogando um milhão e oitocentos mil soldados, dois mil e oitocentos tanques e mais de dois aviões contra as forças polonesas de menos de um milhão de soldados, setecentos tanques leves e quatrocentos aviões. A Alemanha vinha mobilizando há mais de dez anos, praticamente alimentado o seu revanchismo desde 1919.

A invasão da Bélgica, a queda de Paris, a imobilização dos países nórdicos, com a aliança a Hitler, Mussolini e Hirohito, a neutralidade da Espanha e Portugal, o ingresso arrasador dos Estados Unidos, a destruição de Nagasaki e Hiroshima, respondendo à traição de Pearl Harbour; compuseram o espetáculo apocalíptico, que culminaria com o lançamento da bomba atômica, destruindo, num lance de horror, mais de cem mil vidas humanas, com número igual de mutilados pelas feridas nucleares, ameaçados de mutações genéticas.

Pareceu-nos necessários lembrar, embora de maneira sucinta, esses episódios, reveladores de que o totalitarismo nacional-socialista, conduzindo à disputa de hegemonias, leva à guerra; que tanto a ciência como principalmente a propaganda, podem ser utilizados como instrumento desses terríveis holocaustos; que o preconceito racial ou étnico-cultural, inspirando a superioridade nacional ou racial, se constitui em poderosa ameaça à paz do mundo.

A lembrança da participação do Brasil no último conflito mundial, faz-nos evocar lembrando as circunstâncias políticas que cercaram a nossa adesão às nações democráticas, quando vigorava no País um regime autoritário, inspirada a Constituição Brasileira de 1937 na da Polónia, por isso mesmo cognominada de "polaca", produto do engenho jurídico de Francisco Campos.

Deflagrada a guerra, dois anos depois de outorgada aquela Constituição, a "polaca" o Governo brasileiro proclamou nossa neutralidade, até que, em 1942, navios mercantes brasileiros foram afundados, por submarinos alemães, nas costas do Nordeste.

Declarado o estado de beligerância organizou-se, entre Natal e Dakar, o Corredor da Vitória, com o transporte de soldados e material bélicos aviões da Força Aérea Brasileira, além de missões contra os submarinos italianos e alemães, que intensificaram suas ações agressivas depois do rompimento de relações do Brasil com o Eixo.

O Estado de Guerra, exigido pela opinião pública mobilizada em todo o País, foi declarado a 22 de agosto de 1942, enquanto a Força Expedicionária Brasileira passou a organizar-se em princípios de 1943. Seu Comandante, o General João Batista Mascarenhas de Moraes, foi nomeado a 28 de dezembro, embarcando o primeiro efetivo para a Itália, com cerca de 5.000 homens, em 2 de julho de 1944; o segundo, com mais de 10.000, a 22 de setembro; o terceiro, com 4.600 e o quarto com mais de 5.000, respectivamente em 23 de novembro de 1944 e 28 de fevereiro de 1945.

O Sr. Cid Sampaio — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Cid Sampaio — Ilustre Senador José Ignácio, os horrores que V. Ex^a acabou de descrever, os horrores que nós, a minha geração e gerações que ainda vivem hoje no Brasil presenciaram, deixam a impressão que seres diferentes, não homens, homens que são filhos, que são pais, que são avós, possam proceder como procederam os alemães na violência do extermínio dos judeus, na Invasão da Polónia ou nos bombardeios de cidades abertas. Todavia são homens iguais a nós, homens que têm gestos de heroísmo e, às vezes, até de santidade, homens que no decurso da História já deixaram marcas de despreendimento, de inteligência e de grandeza. Todavia, V. Ex^a salientou, são as injustiças, são as opressões que levam a este estado de barbarismo. Nós mesmos, aqui do Brasil, sem guerrear com o estrangeiro, vimos marca de selvageria na tortura, no assassinio, no desaparecimento de criaturas humanas. As guerras, tanto a Segunda Grande Guerra, decorrente da Primeira, nasceram tendo como origem a asfixia econômica de um povo que, no desespero da necessidade de viver com o conforto que os outros viviam, começou a mobilizar-se e, após a adoção de doutrinas quase que estranhas à humanidade, conseguiu criar aquele estado de espírito que criou a barbárie e o horror que inundou a Europa e a Ásia, naquele triste período da História da humanidade. Eu me refiro a esses fatos, porque todos os povos têm lições a tirar. Vivemos vários estados de arbítrio; neles a violência deixou marca na nacionalidade brasileira, marcas indelével para os filhos, para os pais, para os irmãos dos que foram sacrificados. Que tenham sido milhares, milhões, dezenas ou centenas, ou poucos milhares, o sintoma é o mesmo; é a opressão, é a violência, é o desejo de domínio, é a falta de justiça. Porquanto, quero aproveitar a magnífica exposição que está fazendo V. Ex^a, que sensibiliza e comove os que lhe ouvem salientar que é Preciso que nós tiremos exemplos desses flagelos da humanidade, e possamos conquistar juntos, neste País, como se exigir que se faça no concerto universal um tratamento mais humano entre as criaturas; em que uns não queiram viver no fausto à custa da fome e da miséria dos outros; que não se use a violência para conseguir a vantagem;

que os que têm poder não usem o poder, para cada vez oprimir mais os mais fracos. Essa explanação de V. Ex^a é um auxílio à formação dessa idéia, desses conceitos; para que eles surjam e nasçam no Brasil, e nós possamos ver as gerações que hoje nascem — homens, crianças, brasileiros — possam se livrar dentro do concerto universal, da violência, do abuso do poder e da injustiça, porque se eles continuarem a prevalecer, a humanidade não se livrará de outras tragédias, como a tragédia que dizimou um pedaço do mundo entre 1939 e 1945. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Eu é quem agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Cid Sampaio, os valiosos suplementos que V. Ex^a acaba de oferecer ao meu pronunciamento, com base na sua lucidez notável e na sua grande experiência pessoal de homem público de escol que é.

Prossigo, Sr. Presidente.

Com a tomada de Monte Castelo, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira, encerrava-se sua participação no conflito. De julho a outubro de 1945, regressaram esses escalões ao Brasil, cobertos de glória e cercados pelo respeito, pelo carinho e pela admiração do povo brasileiro.

O regresso dos pracinhas, heróis brasileiros, coincidiu com os primeiros passos da redemocratização do Brasil.

Ninguém queria compreender como, lutando com os aliados democráticos lado a lado, adotávamos um regime copiado das potências do Eixo.

Consolidado o triunfo, os corpos de 443 dos nossos pracinhas marcaram nas encostas geladas dos montes italianos os caminhos da tropa vitoriosa. Combatendo nos céus da Itália, os valorosos aviadores do 1º Grupo de Caça infligiram danos consideráveis ao inimigo, mas não sem lamentar as próprias baixas. A Marinha de Guerra, no cumprimento da gigantesca tarefa de patrulhar um litoral de 7 mil quilômetros, e além disso devendo escortar os comboios de tropa e de suprimentos, viu sepultados nas profundezas do mar, muitas vezes ensangüentados, muitos dos seus oficiais e praças.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — V. Ex^a tem o aparte, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Cumprimentando V. Ex^a por este seu pronunciamento sobre o término da II Grande Guerra, eu gostaria, nesta oportunidade, lembrar um provérbio árabe que abrange essa brutalidade que ainda existe no Mundo de nossos dias. O provérbio diz: "Quando a opulência chega a ser a única fonte de consideração, tudo está perdido no Estado, pois todos querem ser ricos e ninguém se lembra de ser virtuoso." Foi o que aconteceu. O exagerado egoísmo das nações daquela época, provocadoras, contribuiu para o massacre que o Mundo assistiu estupefocado. Inclusive a pacífica Polônia, a Holanda, a pequenina Bélgica e outros países mais. Mas, felizmente, sempre a razão predomina, embora à custa de muito sacrifício. E não podemos, nesta oportunidade, de lembrar que o Brasil, sob o Governo do saudoso estadista Getúlio Vargas, embora incompreendido na época, foi o encontro das forças Aliadas dando seus soldados, seus aviadores, seus marujos para combater no além-mar, ajudando a vitória que é festejada no mundo inteiro. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, sobretudo pelo fato de ser V. Ex^a um daqueles que estiveram comigo dentro do campo de concentração de Auschwitz. V. Ex^a constatou não só em Auschwitz, como na Cracóvia, como em Varsóvia, a ânsia de liberdade que tem aquele povo, o horror à guerra, que tem aquele povo, a ânsia pelo desarmamento mundial que tem aquele povo. Em todo o território polonês certamente o maior dos anseios, desde as areias brancas

dos 600 quilômetros do mar Báltico até os contrafortes das montanhas do sul, em todo o território polonês, realmente a ânsia que une o povo todo num só reclamo, é a ânsia pela paz. Certamente paz pela qual anseia o mundo todo, mas essa ânsia de paz do povo polonês mais se singulariza em face dos horrores vividos por ele, pelo povo polonês durante a II Guerra Mundial.

Vou cloncuir, Sr. Presidente:

Desta que foi a mais terrível hecatombe da história universal, restaram afinal importantes e inesquecíveis lições para todos os povos. O primado do Estado sobre a pessoa humana, qualquer que seja o pretexto invocado, não serve aos objetivos do próprio Estado, não serve à sociedade e não serve ao cidadão ou ao indivíduo. A sociedade, quando enfraquecida e desmotivada pela tutela dos que se arrogam o direito de salvá-la, não tem estímulos à participação. Antes pelo contrário, o confisco do direito à essa participação, a essa colaboração do povo, para com o Estado é talvez a mais dramática das consequências de todos os autoritarismos e de todos os totalitarismos. Os sistemas autoritários e os totalitários de todos os matizes, por seu turno, via de regra não se impõem aos povos da noite para o dia. Afirmam-se em meio a pequenas omissões do nosso dia-a-dia, dos pilatos de todos os credos e matizes, de todos os silenciosos e indiferentes diante da violência e do arbítrio aos poucos transformados em rotina. Os totalitarismos — já o disse alguém — parecem sempre surgir de uma gigantesca vontade de não resistir, que resulta da redução ou da perda, pelos povos submetidos, da capacidade de se indignar e de reagir diante dos pequenos e dos grandes eventos que traduzam violência e arbítrio, quando a máquina da opressão está sendo construída.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex^a, eminente Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Deploro interromper o discurso de V. Ex^a, sobretudo porque já caminha para o desfecho. V. Ex^a chama a atenção para um fato que realmente é doloroso sob todos os aspectos especialmente pela inutilidade das lições que a História muitas vezes registra e que não aproveitamos. V. Ex^a rememora o sofrimento do povo polonês, rememora os horrores do nazismo e desgraçadamente, é o que nós estamos assistindo, por exemplo, no caso do Líbano. Líbano tão aconchegante, tão acolhedor, tão fraterno, aquele povo de coração tão aberto, pois foi o único que ofereceu o seu pão, o seu leite e o seu território para acolher os palestinos. E, hoje, aquele quase que oásis que era toda aquela região, que era o Líbano, aquele posto avançado de civilização, não de civilização, porque ocidentalizado, não porque carregue realmente a sua história num lastro cultural extraordinário, mas um povo avançado sobretudo pelo seu humanismo, pela bondade; enfim, pela espiritualização do seu povo. E o que vem ocorrendo? Um novo tipo de nazismo, um novo tipo de banditismo o mais diabólico possível. Porque explorando a credence, a religiosidade e o fanatismo de grupos que para ali foram acolhidos e recolhidos. E hoje lá no Líbano cristão, estão lá os cristãos libaneses sendo massacrados, sendo triturados da maneira mais hedionda possível. E o que é pior os vizinhos os "amigos" com as tais forças de dissuasão, ali vão para promover mais e mais desgraças. Então, vê V. Ex^a o quanto realmente a humanidade está fadada a purgar pecados, o quanto temos ainda que pagar, o tanto e quanto ainda temos que ser penalizados pela nossa maldade, porque não vejo como explicar possa um povo bom, um povo que convive em todos os países que chega, e que acolhe todos que ali chegam da melhor maneira possível, como sói ser o povo libanês e, no entanto, foi como que aquele homem desavisado que abriu a porta para o ladrão. Lá está hoje, o Líbano destruído. E o pior é "que, lamentavelmente, não temos assistido, tal a esquerdi-

zação dos meios de comunicação, uma preocupação maior; de quando em vez, só uma notinha dando notícias das desgraças que flagelam o sofrido Líbano, especialmente o Líbano cristão. Na realidade, usa-se hoje o braço de um fanático, de um khomeini, com o propósito diabólico, sem dúvida, com vistas às grandes jazidas de petróleo do Irã. Explora-se o fanatismo religioso, e nós sabemos com qual objetivo, que não é outro senão o famigerado, o desgraçado e desgraçante imperialismo soviético, que quer estender as suas malhas e dominar toda aquela região, estrangulando assim o mundo ocidental. Deploro, mais uma vez, ter-me alongado no aparte, mas me toca tão profundamente ver um homem da envergadura de V. Ex^a, tentando avivar na memória dos homens, especialmente na mais alta Casa legislativa do País, essa preocupação que deve ser uma constante em cada um de nós, deve ser uma presença permanente de que, sem dúvida alguma, devemos nós, no Brasil, preservarmos e preservar em nossa gente essa vocação para o entendimento, essa vocação para a paz, essa vocação para a conciliação e repelirmos, por todas as formas e meios, até pela violência se necessário for — é um tanto paradoxal — mas até pela violência, se necessário for sejam introduzida em nosso País essas doutrinas diabólicas, essas doutrinas que, antes e sobretudo buscam retirar Deus do coração dos homens. Os meus cumprimentos a V. Ex^a e as minhas excusas por ter me alongado tanto. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Não tem por que se desculpar, nobre Senador Benedito Ferreira. As incursões de V. Ex^a aos meus pronunciamentos muito me agradam, sobretudo porque os enriquecem sempre.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, estou por concluir:

A permanente disposição de manter bem viva no povo essa capacidade de se indignar, diante da injustiça, é talvez a maior das garantias de uma sociedade contra regimes totalitários, porque os totalitarismos precisam de cumplicidades que não podem ser encontradas quando a cidadania é livre e consciente de seus direitos, resistente a tutelas e refratária a surtos golpistas e a aventuras suicidas do militarismo e do belicismo.

O Sr. Gastão Müller — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Com muita honra, nobre Senador Gastão Müller, meu Líder.

O Sr. Gastão Müller — Senador José Ignácio, eventualmente aqui na Liderança, com Vice-Líder, quero me congratular com V. Ex^a pelo seu pronunciamento, especialmente porque V. Ex^a faz um hino de repulsa à violência, às ditaduras de qualquer ideologia, porque é lugar comum se dizer — e eu vou repetir — de que as piores das democracias são melhores que qualquer das ditaduras e qualquer ideologia que exista neste Planeta. V. Ex^a faz esse pronunciamento, comemorando melancolicamente, para todos nós, que a Humanidade se degladiou há 40 anos, violentamente, levando à perda tantas vidas! Que isto não se repita! Porque a guerra não leva a nada, pelo menos, até agora, não se resolveram os problemas do mundo através da violência. Espero que o hino que V. Ex^a faz, neste momento, à confraternização dos povos, à fraternidade entre os povos, enfim, ao bem comum, através da paz, seja de fato um campo para que isso se concretize um dia, neste Planeta tão sofrido.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Gastão Müller, pelo estímulo que me oferece e, sobretudo, por reconhecer que não é exatamente pelo silêncio constrangido que se produzem lealdades duráveis, nem se produz lealdade sequer; no máximo, o silêncio coseguido a força, produz obediências contrangidas e não se rompe o tecido social. E é esse um ponto que nós queremos bater e debater sempre aqui. Não se rompe o tecido social pelo desataviamento, pela libertação de forças de segmentos sociais

que possam exprimir a sua vontade na sociedade plúrima e na sociedade aberta. O que dilacera o tecido social e o apodrece, inclusive, é o servilismo, é a submissão, é a degradação do cidadão em indivíduo, é o desaparecimento da crença no homem, da certeza no homem de que ele é livre, de que ele pode construir o seu próprio destino. Isso, sim, é que apodrece, numa paz fingida, numa paz artificializada, o tecido social. O que nós queremos é ver o tecido social, aqui e em outros lugares, vivificado pela presença dos conflitos, pelo estímulo aos conflitos, para que numa sociedade aberta, esses conflitos não sufocados na garganta de ninguém, possam ser existentes, possam ser até instigados, para que sejam compostos naturalmente, a partir deles, as grandes harmonias que formam um tecido social sadio e marcam a existência de uma coesão dentro da sociedade.

Sr. Presidente, vou terminar:

Por outro lado, a construção da liberdade há de ser uma insubmissão permanente a tutelas, é um processo de afirmação de autonomias para a construção responsável de destinos. Enquanto que nos fascismos, a visão totalitária da liberdade como valor é a de apenas se estar solto. Mais que isto estar solto para obedecer, sem abertura de espaços à participação e aos conflitos de opinião, eis que a visão totalitária parte sempre da idéia de que a paz social deve sempre ser alcançada precisamente pela eliminação dos conflitos e não pela sua composição, como se dá nas sociedades abertas.

A liberdade, entretanto, é um valor que não se atrela a correntes políticas e não se atrela a vertentes ideológicas ou a blocos de divisão do poder mundial. É, sobretudo, um valor cultural, que transcende a ideologias e a sistemas de governo, afirmando-se na consciência dos povos e forjando — pelo seu exercício — a crença nos povos de que é perfeitamente possível construir um destino não degradado pelo servilismo a qualquer tirania ou pelas unanimidades nascidas da força, mas um destino de homens livres, de dignidade, de justiça, de fraternidade e de paz. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência associa-se às manifestações do Plenário alusivas ao Dia da Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Na forma do item VI do art. 16 do Regimento Interno do Senado Federal, concedo a palavra ao nobre Líder do PDS, Senador Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Completa 80 anos hoje um ilustre brasileiro e um dos mais ilustres riograndenses, que honrou e dignificou a representação popular de meu Estado nesta Casa, o ilustre ex-Senador da República Mem de Sá.

Desejava, Sr. Presidente, fazer este registro porque vejo em Mem de Sá uma vocação política das melhores, pois ele, na vida deste País, foi quase tudo: Secretário de seu partido, o nascente Partido Libertador, na sua juventude. Foi Deputado Estadual dos mais combativos, chegando até a introduzir, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, uma emenda parlamentarista que acabou sendo declarada, depois, inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Foi Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul de 1956 a 1960. Foi Ministro de Estado, Ministro da Justiça do saudoso Presidente Castello Branco, juntamente com outro ilustre colega nosso, o Senador Luiz Viana Filho. Foi Presidente do Tribunal de Contas da União, professor universitário do melhor quilate, homem festejado por sua inteligência ágil e por sua notável presença de espírito.

Ainda hoje, o Presidente desta Casa, Senador José Fragelli, recordava que guarda com muito carinho, como obra de consulta, parecer emitido pelo Senador Mem de Sá, a respeito da remessa de lucros para o exterior.

Desejo portanto, nesta homenagem, ressaltar as virtudes de um político intransigente com os seus princípios, absolutamente fiel à doutrina de seu partido, e ainda hoje diz que é o último dos Maragatos, referindo-se aos episódios notáveis da história política do meu Estado, a Revolução de 1893, entre os Maragatos e os republicanos.

Na verdade, é ele o mais ilustre dos Maragatos, porque esta semente ainda existe, para a glória do Rio Grande do Sul. Desejo que se registre nesta Casa, portanto, embora pela minha modesta palavra, mas de seu companheiro de Partido, Vereador e Deputado que fui pelo seu Partido, o Partido Libertador, desejo fazer esse registro a um homem que enobreceu o mandato de Deputado Estadual e o mandato de Senador, que honrou e dignificou os cargos pelos quais passou e que se constituiu em uma das glórias de homem público do Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Gastão Müller — V. Exª me permite um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Gastão Müller — Eventualmente, na liderança do PMDB, cabe-me solidarizar-me com V. Exª, quando presta homenagem a Mem de Sá. E, pessoalmente ou particularmente, tive a honra e o prazer de conviver com Mem de Sá no Senado. Eu era suplente do velho e saudoso PSD, quando lembro — e aqui também vejo lá o Senador Amaral Peixoto, do nosso saudoso e querido PSD, que vim para cá como suplente do eminente Senador Bezerra Neto. Nessas duas oportunidades, em que exerci o mandato rapidamente, convivi com Mem de Sá. Ele era um homem excepcional, em todos os sentidos, um espírito muito aberto e, como se diz normalmente, é um homem espirituoso, agradável na convivência, engraçado, sabendo analisar, com ironia, os fatos sociais e políticos. De modo que foi uma amizade que herdei de um outro grande líder deste Senado, que foi Filinto Müller. Eles eram muito amigos e formavam uma trinca muito conhecida: Mem de Sá, Krieger e Filinto Müller. E, através da amizade com o meu tio, eu convivi e também ganhei essa amizade de Mem de Sá. Quando fui nomeado um dos Diretores do Banco Regional de Brasília, no dia da minha posse, Mem de Sá foi pessoalmente assisti-la, prestigiando-me e dando-me todo o apreço e consideração. De modo que a homenagem que V. Exª faz a esse grande nome nacional que é Mem de Sá, quero solidarizar-me, repito, e transformar essa homenagem também do PMDB e minha, pessoalmente, a esse grande nome do Rio Grande do Sul.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato ao aparte de V. Exª, nobre Senador Gastão Müller, que teve a oportunidade, como disse, de conviver e testemunhar o brilho com que o homenageado exerceu seu mandato nesta Casa.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ouço V. Exª, nobre Senador Jorge Kalume, com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Conheci o trabalho e conheço o grande brasileiro que se chama Mem de Sá, a quem V. Exª, com muita justiça, nesta tarde, está homenageando pela passagem de seu aniversário natalício. Estou solidário com suas palavras, porque tudo quanto se fez em prol dos trabalhos realizados por Mem de Sá, eu considero pouco. Os azeitos também lhe são muito gratos, porque quando o saudoso Senador e seu colega de representação na época, José Guimard dos Santos, encaminhou um projeto elevando o velho território a Estado, teve em Mem de Sá um dos pontos de apoio. Daí a expressão da minha solidariedade a V. Exª, com os votos a

Deus que conserve Mem de Sá por muitos anos, com toda lucidez.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato a V. Exª, nobre Senador Jorge Kalume, pela participação nesta modesta homenagem que presto a um dos melhores filhos do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Mem de Sá ao confessar-se um maragato, que ele diz ser um estado de espírito, diz que ser um maragato é ser um homem dedicado completamente aos ideais, um homem sem ambições subalternas, com grande capacidade de ação e de luta. E isto soube ser Mem de Sá.

Pediria, também, que fizesse parte deste pronunciamento a matéria que *O Globo* publica hoje no seu segundo caderno, de autoria de Bruno Cattoni, onde ele escreve sobre Mem de Sá: "Mem de Sá, 80 anos, o último dos Maragatos". Um homem digno das homenagens e da admiração desta Casa.

Sr. Presidente, já ia esquecendo de dizer que o nobre Líder Murilo Badaró acaba de me comunicar que deixou assinado um pedido de regime de urgência para o projeto do Sulbrasil, tão logo entre nesta Casa, já que foi aprovado hoje na Câmara Federal. Desejamos dar o mais pronto atendimento a esse projeto tão necessário, tão urgente para aliviar as aflições de milhares de empregados dos dois bancos sob intervenção, e para oferecer a nossa contribuição à economia regional do País.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado a V. Exª (Muito bem. Palmas.)

DOCUMENTO QUE SE REFERE O SR. OCTÁVIO CARDOSO EM SEU DISCURSO:

MEM DE SÁ, 80 ANOS O ÚLTIMO DOS MARAGATOS

Apesar de ter nascido em 1905, o ex-Ministro Mem de Sá considera que, para ele, tudo começou em 1893, ano de uma sangrenta revolução que dividiu o Estado do Rio Grande do Sul em duas frentes políticas: os Chimangos — republicanos partidários de Júlio de Castilhos — e os maragatos — federalistas fiéis a Gaspar Silveira Martins e que tinham no lenço vermelho amarrado ao pescoço seu maior símbolo.

Mem de Sá tem fama de ser "o último libertador" e o Rio Grande do Sul nunca se esquece dele. Dias atrás — hoje completa 80 anos — o incurável maragato (como é tratado por Rachel de Queiroz) recebeu um longo telegrama do Governador Jair Soares, destacando "o caráter retilíneo, a cultura luminosa e a inteligência arguta do ilustre homem público do Rio Grande".

Essa mesma fama levou 25 maragatos, surgidos dos confins do Rio Grande do Sul, a sequestrarem Mem de Sá em novembro último, durante sua curta e discreta visita a Porto Alegre, para levarem-no a um almoço de recordações. Em seu apartamento, no Leblon, Mem de Sá nega a fama de "último libertador" e assume o papel que lhe é confiado pela História, o de ter sido o autor do Ato Institucional nº 2 na época em que exercia o cargo de Ministro da Justiça do Presidente Castello Branco.

Ao lembrar-se dos tempos do Partido Libertador, "uma seita cívica da qual fui devoto a vida inteira", sua fisionomia irradia misticismo. Mas ao falar dos tempos mais recentes, seu rosto se contrai em expressão de impaciência. "O último líder foi o Marechal Castello Branco".

É outra a sua posição diante do General Costa e Silva. Reconstituindo uma reunião de cúpula para tratar da sucessão, ele revela:

— Eu e Cordeiro (de Farias) achávamos que o passado do Costa e Silva não era bom, mas Castello estava grato por ele ter impedido um golpe na Vila Militar contra a Revolução de 64.

Mem de Sá já foi quase tudo neste País (menos Presidente da República): Deputado Estadual em 1946, quando propôs a primeira emenda parlamentarista no Brasil; Senador entre 1956 e 1970; Ministro de Estado; e presidente do Tribunal de Contas da União. Depois que se aposentou, em 1972, sofreu uma trepanação para extrair um coágulo no cérebro, e foi submetido ainda a uma operação de ponte de safena e outra para receber um marca-passo no coração. Apesar disso, é um homem perfeitamente lúcido, indo à praia diariamente de mãos dadas com sua "lourinha, presente maior que o céu me deu": D. Elza, sua mulher há 53 anos.

No apartamento o vento, cheio de maresia, é diferente da brisa dos pampas. Mas o Sul está presente através de um enorme poster pendurado no gabinete, de um cavalo crioulo empinando com o peão de bombacha firme na sela. O gaúcho Mem de Sá não mora no Rio Grande porque é muito frio mas sua conversa, na qual transparece um ímpeto heróico de libertador dos pampas, está salpicada de gauchismos como, "peuelos" (sacola dupla), "guampas" (chifres), "meio a gatas" (com dificuldade) e "cusco" (cachorro viralata). Tudo nele é maragato. D. Elza olhando-o com ternura, diz que viver ao lado de um libertador, "é um sacrifício". Ele, porém, anima-a recitando versos que no seu entender aplicam-se muito bem à declaração da mulher:

— Este trapo colorado/ Que altaneiro se desfralda/
Nas coxilhas de esmeralda/ Encarna quando esvoaça/
De sol pampiano no tingido/ O caracu de uma raça/
E a doutrina de um Partido.

Fiel ao Partido Libertador o ex-Ministro não gosta de falar da política recente

UM GRÊMIO, UMA SEITA: DE DEVOÇÃO

— O que é ser um maragato?

— Ser um maragato é ser um homem dedicado completamente aos ideais. Um homem sem ambições subalternas, com grande capacidade de ação e de luta. É isso.

Existe algum movimento nos tempos de hoje que tenha a força do movimento dos maragatos?

— O maragatismo veio de Gaspar Silveira Martins, que criou o Partido Federalista no começo da República. Em 1921, esse partido foi substituído pelo Partido Libertador. Na última eleição de Borges de Medeiros, houve no Partido Republicano uma cisão. Uma grande parte não ficou fiel a ele: foi a corrente de Assis Brasil, que dirigiu o Partido Libertador até morrer, em 1940, quando foi substituído por Raul Pella. Para ser do Partido Libertador não é preciso ser político. O PL não era só um grêmio político, era também uma seita, tamanho o devotamento dos companheiros aos princípios, à ombridade, à altivez, à abnegação e à honestidade.

— Os chimangos não tinham essas qualidades?

— Não, pois eram dominados pelo Júlio de Castilhos, depois

"Os chimangos não tinham independência. Cumpriam determinações do Governo"

Mem de Sá

— Pelo Borges de Medeiros. Eram homens que não tinham independência, habituados que estavam a obedecer e a submeter-se às determinações do Governo.

— No entanto, esses dois partidos fizeram aliança para eleger Getúlio Vargas Governador do Rio Grande do Sul...

— Sim, mas durou pouco. Em 29, o Partido Republicano e o Partido Libertador se uniram para fazer a Frente Única para a eleição de Getúlio Vargas.

Em 32, o PL rompeu a aliança. A Revolução de 30 só pôde ser feita porque o PL deu apoio às idéias da oficialidade do Exército — os tenentes, com seu espírito de revolta.

Getúlio Vargas não cumpriu o acordo?

Exatamente: não cumpriu o que estava determinado, combinado e jurado. O PL abandonou a Frente, houve a Revolução de 32 e eu fui preso três vezes.

— Alguns historiadores dizem que Getúlio desagradou às chamadas oligarquias rurais. O Sr. concorda com essa interpretação?

— No Rio Grande, Getúlio não agradou a ninguém, só aos submissos. Mas eu nunca vi as oligarquias contra ele: pelo contrário, ele sempre teve apoio das classes abonadas, das classes ricas.

PRIMEIRA PROPOSTA PARLAMENTARISTA

— O Sr. foi o primeiro a propor o parlamentarismo no Brasil. Como aconteceu?

— A Constituinte de 46 da União era presidencialista. Mas os Estados precisaram fazer as suas constituintes e o Rio Grande votou a minha emenda parlamentarista, a única do Brasil, com o apoio do PTB. Foi a primeira vez que encontrei o Sr. Leonel Brizola, que era estudante de engenharia. O PSD, no entanto, ocupava o Governo na pessoa de Walter Jobim, que o PTB queria ver sem ação, e recorreu ao Supremo alegando a inconstitucionalidade da emenda. O PL teve como advogado o João Mangabeira, mas o Supremo considerou a emenda parlamentarista inconstitucional. Hoje em dia são muito poucos os parlamentaristas. Eu citaria o Deputado Vitor Faccioni e, acima de todos, o professor Afonso Arinos de Mello Franco. O Presidente José Sarney nunca foi parlamentarista e um regime desses, com ele, não daria certo. Em Jango, o parlamentarismo foi adotado como remendo e por isso não deu certo.

— Por que o Sr. apoiou os militares em 64?

— O Jango se deixou dominar pelos pelegos que eram líderes operários subversivos, infiltrados de cubanismo. Sou anticomunista. Mas o Brizola, que foi um dos homens que mais lutaram para a agitação que reinava, não era um comunista, era um inocente útil.

"Getúlio sempre obteve o apoio da classe dominante. E, também, dos submissos."

Mem de Sá

— Houve uma reunião em 1966 no Palácio do Planalto da qual o Sr. participou, e que foi decisiva para a subida de Costa e Silva ao poder. Como foi essa reunião?

— Estavam presentes os Ministros Juraci Magalhães, Cordeiro de Farias, o Sr. Luís Vianna Filho, chefe da Casa Civil, Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, o General Golbery, chefe do SNI, e eu. O Presidente nos convocou para debater a questão da sucessão. Havia diversos problemas, em torno do nome mais em foco, que era o de Costa e Silva: o Juraci se manifestou logo favorável, Cordeiro se declarou violentamente contra. Luís Vianna, Geisel e Golbery alegaram que convivia muito com Castello Branco e a idéia deles seria tida como o pensamento do Presidente. Fiquei então do lado de Cordeiro, dizendo que a candidatura Costa e Silva significava lançar a Revolução pela janela. Ele não era um homem de trabalho. E foi o que se viu. Uma série de tropeços, dentre eles a exagerada intervenção estatal na economia. Prefiro não citar os outros erros.

Bruno Cattoni

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, como Líder do PDT.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PDT — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero fazer um comentário brevíssimo sobre o que li a respeito da intervenção das explicações dadas pelo Exmo. Sr. Ministro Dornelles, ontem, ao comparecer à Câmara dos Deputados.

Apresentou S. Ex^a todo o perfil da grave situação econômica em que se encontra o País e que nenhum de nós ignora, expondo inclusive a composição do que S. Ex^a calcula, estima, seja o déficit público das contas brasileiras de hoje que, segundo S. Ex^a, já se elevou a 85 trilhões, o que, de certa forma, deixa-nos muito apreensivo, na medida em que este mesmo déficit, já anunciado há um mês, era de 53 trilhões, foi sucessivamente elevado para 60, para 70 e, agora, para 85 trilhões. Não sabemos, mesmo, se a exposição de S. Ex^a fosse adiada por uma semana, se esse déficit não chegaria à casa de 100 trilhões de cruzeiros. O que quero salientar principalmente, Sr. Presidente, é que, infelizmente, confirmou-se na exposição de S. Ex^a tudo aquilo que se prenunciava, isto é, que as soluções cogitadas pelo Governo, especialmente pela sua área econômica, levarão o País de volta ao poço da recessão e, o que é pior, sem resolver satisfatoriamente o problema da inflação. E um poço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que poderá ser mais profundo e mais escuro ainda do que o poço a que levou o País o Exm^o Ministro Delfim Netto.

É que nesse ciclo em que se alterna período de depressão e períodos de inflação, a cada volta do espiral, ou a inflação é maior ou a recessão é mais profunda do que no ciclo anterior. Não há como sair desse dilema sinistro, senão enfrentando, e enfrentando de maneira não ortodoxa, com soluções políticas, soluções drásticas, vamos reconhecer, aquelas duas questões essenciais, às quais já me referi por numerosas vezes nesta tribuna: a questão da dívida externa e a questão da dívida interna. Sem tocar a fundo nesses dois problemas, o que incorre no equívoco, na solução infeliz apresentada pelo Ministro, de cortar investimentos públicos, investimentos das estatais num montante de 30 trilhões e iniciar, por essa maneira, uma nova descida a um poço que, como eu disse, pode ser mais profundo, desta vez, do que aquele a que levou o País o ex-Ministro Delfim Netto.

E quem vai pagar, como sempre, a fatura desse novo plano de combate à inflação será, uma vez mais, os trabalhadores, os trabalhadores empregados, os trabalhadores desempregados e os trabalhadores subempregados.

Para o PMDB, Srs. Senadores, é o desmentido de tudo que disse antes. Este Partido que hoje governa a Nação ou tem a sensibilidade e a competência para compreender essa realidade e demitir esses técnicos que estão orientando o Sr. Dornelles e todo o equacionamento econômico do Governo, inclusive chamando de volta à participação nas decisões governamentais todos aqueles competentes economistas que ele próprio, o Partido do Governo, demitiu, como o Sr. Dércio Munhoz Garcia, como o Sr. Celso Furtado, como o Sr. José Serra, como a Sr^a Maria Conceição, como o Sr. Carlos Lessa, ou então, descumprindo seus compromissos de mudança vai inexoravelmente ser demitido pelo povo nas eleições próximas.

O Governo ganha efetivamente credibilidade, Sr. Presidente, vamos reconhecer; o Governo tem ganho credibilidade, o Governo José Sarney, pela iniciativas no campo político-institucional que vem tomando, como aquelas que resultam na memorável sessão, ontem, da aprovação da emenda removedora dos chamados entulhos político-partidários e eleitorais, assim como vem ganhando credibilidade também pela postura democrática do próprio Presidente da República, e pela postura mo-

ralizadora na tentativa de reverter aquele processo de perda de dignidade do serviço público de um modo geral.

O caso, entretanto, é que com essas medidas, com essa orientação na sua política econômica, arrisca o poder de a Nova República perder essa mesma credibilidade na medida em que seus Partidos componentes vão, paulatinamente, desmentido todos seus compromissos assumidos em praça pública e em documentos oficiais do próprio Partido, anteriormente.

O Ministro Dornelles aludiu na questão da dívida interna, da dívida pública, a necessidade de honrar os compromissos, porque, disse ele: "O Governo é como as pessoas, perdendo a credibilidade uma vez, não a recupera mais". Não tenho nada a contrapor a esta afirmativa do Sr. Ministro. A questão da credibilidade do Governo é importante e o fato de desejar honrar seus compromissos é alguma coisa de muito positiva. Entretanto, neste caso, a realidade é que o Governo terá de optar entre honrar seus compromissos com os detentores desses títulos da dívida pública, essa minoria de brasileiros endinheirados que ganhou fortunas durante estes 20 anos de autoritarismo e de um modelo econômico privilegiador dessas minorias, ou terá que optar por honrar seus compromissos com a população, com a população trabalhadora em especial, mas com o povo brasileiro como um todo, porque a verdade é que os compromissos da dívida são incompatíveis com os compromissos políticos assumidos pelo PMDB ou mesmo pela Frente Liberal, pela Aliança Democrática ao afirmar que desejava mudar a substância do modelo econômico, incrementar o lado social da política econômica, não pagar a dívida com o sacrifício do povo, retomar o processo de desenvolvimento, criar empregos, enfim uma série de objetivos que são incompatíveis com a decisão de honrar integralmente juros e correção monetária da dívida interna como os juros e comissões da dívida externa.

Mas, Sr. Presidente, era só o que eu tinha a dizer por hoje. Não quero ficar a repetir aqui, enfadonhamente, todas essas questões tantas vezes, quando venho à tribuna.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Ouço com o maior prazer o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Roberto Saturnino, realmente o Governo está diante de um dilema muito sério. V. Ex^a se lembra, e é muito recente, ou melhor, é antiga mas se propaga até a atualidade, a solicitação da comunidade, da sociedade, de que o Governo parasse com as suas despesas, de que a causa fundamental da inflação era o déficit público e a despesa pública. É estranho que tendamos a pensar nessa solução de que o Governo deva penalizar os seus credores, porque, na realidade, esses também não têm culpa. Reconheço, entretanto, que se o Governo reduz exageradamente a sua despesa, o desemprego vai grassar em muitas áreas, não só naquelas instituições que aplicam diretamente esses recursos, mas com reflexos, naturalmente, nos seus fornecedores nos seus empreiteiros. Esse pessoal tem empregados, e até mesmo a criação de outros empregos em outras áreas não corrigem essa deficiência. Assim, o que notei no Ministro Dornelles foi a intenção de usar uma espécie de *pool* de medidas, dosando, de certo modo, aquelas que menos afetem à comunidade, sobretudo na área de emprego, mas não notei, realmente, menção específica a uma redução dos compromissos do Governo na área da sua dívida. De qualquer modo, a sugestão de V. Ex^a, que é uma sugestão dura, reconheço, de qualquer modo é uma sugestão e deve ser levada em conta pelo Ministro, pelo menos para análise.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Muito obrigado, nobre Senador, pelo seu aparte. Realmente, esta posição que tenho expressado várias vezes, em muitas oportuni-

dades, desta tribuna, para mim reflete a realidade. Eu até admito que o Governo passado adotasse esse tipo de solução porque não tinha compromissos, não tinha assumido em praça pública os compromissos que os partidos da Nova República assumiram. O que quero ressaltar é a completa e total incompatibilidade entre as duas espécies de compromissos, os compromissos com...

O Sr. José Lins — Com o desenvolvimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO — ... os banqueiros, os detentores dos títulos da dívida pública, os capitalistas, os prestamistas, os especuladores de um lado e os compromissos com o povo trabalhador e a massa assalariada, enfim, os desempregados. Não há como compatibilizar essas duas coisas.

Estou aqui expondo a minha preocupação com a possível desmoralização, às vezes dramática e perigosa de um Governo que, parece, está optando pelos compromissos com a minoria, ao invés de optar pelos compromissos com a maioria. O que poderá resultar disso, politicamente para o País, eu não sei, mas quero deixar, uma vez mais, registrada minha preocupação.

Era o que tinha a dizer, agradecendo muito a participação do Senador José Lins. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 1985

Isenta do imposto de renda na fonte os rendimentos do trabalho assalariado até Cr\$ 6.662.400.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do imposto de renda na fonte a que se refere o artigo 1º, alínea a, do Decreto-Lei nº 2.182, de 11 de dezembro de 1984, os assalariados cujos rendimentos brutos mensais do trabalho não ultrapassem Cr\$ 6.662.400 (seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros).

Parágrafo único. O valor expresso em cruzeiros neste artigo deverá ser atualizado nos meses de junho e dezembro de cada ano, a partir de dezembro de 1985, com base na variação das ORTN no semestre anterior.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A legislação em vigor exige que o assalariado pague adiantadamente o imposto de renda que somente seria devido no exercício seguinte. As alíquotas são elevadas, indo até 45%, e o ônus atinge inclusive os trabalhadores que ganham somente 2 (dois) salários mínimos.

Essa prática revela-se prejudicial à classe trabalhadora, vez que a priva de grande parte de seus salários ao obrigá-la a pagar o imposto antes mesmo que se complete a ocorrência do fato gerador do tributo normal, que é demonstrado só no final de cada ano, ocasião em que pode ser organizada a declaração de rendimentos.

A situação agrava-se mais ainda com o fato de que o pagamento antecipado na fonte chega a superar, de muito, o imposto de renda efetivamente devido na declaração de rendimentos, como demonstram as restituições que a Secretaria da Receita Federal vem efetuando todo ano.

É lamentável que os trabalhadores tenham de conceder adiantamentos ao Governo quando os seus ganhos, na realidade, nem sequer são bastantes para atender as condições mínimas de existência de sua família.

São os assalariados obrigados a fazer autênticos empréstimos compulsórios ao Governo Federal, sem previsão em lei complementar, como é exigido na Constituição Federal (artigo 18, § 3º, e art. 21, § 2º, inciso II).

Correm, inclusive, o risco de não terem de volta, no exercício seguinte, o valor dos adiantamentos ou empréstimos que lhes foram impostos, pois que a imprensa já vem noticiando que o Governo, para aliviar o "déficit" orçamentário, cogita de reter as restituições do imposto de renda a que teriam direito os declarantes deste exercício de 1985, o que poderá muito bem repetir-se ou concretizar-se nos exercícios seguintes.

Uma maneira de abrandar as distorções apontadas seria a de suspender o desconto na fonte sobre parte dos contribuintes, ou seja, desonerando os assalariados de baixa renda, mantendo a sistemática atual apenas em relação aos rendimentos de classe elevada.

Atender-se-ia o princípio da progressividade do imposto, diminuir-se-ia o volumoso número de restituições e, além disso, recompor-se-ia o poder aquisitivo do assalariado de renda módica, liberando-o da incômoda posição de fazer empréstimo ao Governo sem ter o suficiente para a vida condigna de sua família, às vezes até sem ter como atender as necessidades mínimas da vida.

Este é o objetivo do presente Projeto de Lei, ao isentar do desconto de imposto de renda na fonte os assalariados que ganhem até 20 (vinte) salários mínimos por mês, os quais ficarão, não obstante, sujeitos ao imposto normal devido na declaração anual de rendimentos.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1985. — Senador Carlos Alberto.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.182,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1984

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1985, as classes de renda e as alíquotas das tabelas de fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado e não assalariado, constantes do artigo 1º, letras "a" e "b", do Decreto-Lei nº 2.067, de 9 de novembro de 1983, passam a ser as seguintes:

a) rendimentos do trabalho assalariado:

Classe de Renda	Renda Líquida Mensal (Cr\$)	Alíquota (%)
01	até 650.000	Isento
02	de 650.001 a 949.000	12
03	de 949.001 a 1.352.000	16
04	de 1.352.001 a 2.106.000	20
05	de 2.106.001 a 3.390.000	25
06	de 3.390.001 a 4.818.000	30
07	de 4.818.001 a 7.262.000	35
08	de 7.262.001 a 10.949.000	40
09	acima de 10.949.000	45

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 1985

Altera dispositivo da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que disciplina a aposentadoria especial dos jornalistas profissionais, para o fim de estabelecer que as mulheres, exercentes dessa atividade, possam aposentar-se após vinte e cinco anos de tempo de serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Serão aposentados, com remuneração integral, os jornalistas profissionais que trabalham

em empresas jornalísticas, quando contarem trinta (30) anos de serviço, se do sexo masculino ou vinte e cinco (25) anos, se do feminino.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das fontes de recursos normais da Previdência Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A aposentadoria especial, anteriormente prevista na legislação orgânica da Previdência Social, através do art. 31 da Lei nº 3.807/60, regulou-se todavia a partir de 8 de junho de 1973 pelo art. 9º da Lei nº 5.890, sendo deferida ao segurado da previdência que, contando no mínimo cinco anos de contribuição, tenha trabalhado durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Antes da legislação orgânica da previdência, porém, os jornalistas profissionais já faziam jus à aposentadoria especial, após trinta anos de tempo de serviço e sem quaisquer restrições quanto ao período de carência ou quanto ao caráter penoso, perigoso ou insalubre da atividade, tudo nos termos da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959.

Mas, dita legislação não se ateu ao critério, que decorre da própria Constituição Federal, de exigir sempre cinco (5) anos a menos de tempo de serviço às mulheres para a concessão do benefício previdenciário da inatividade. Talvez que dito procedimento se deva ao fato de, em 1959, quando foi editada a Lei nº 3.529, ser quase zero o número de mulheres em exercício na profissão de jornalista profissional, o que hoje, entretanto, não acontece.

Não se pode esquecer, contudo, que tem sido constante a preservação desse critério de exigir cinco anos a menos às mulheres, conforme se pode verificar no caso da aposentadoria dos trabalhadores comuns, regidos pela CLT, assim como, especialmente, no caso da aposentadoria também especial deferida aos professores (essa em decorrência do disposto no inciso XX do art. 165 da Constituição — Emenda Constitucional nº 18, de 1981).

Tais são os motivos por que se impõe a adoção da medida aqui pleiteada. Ela obedece, sobretudo, ao princípio da isonomia.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1985. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.529,
DE 13 DE JANEIRO DE 1959

Dispõe sobre a aposentadoria dos jornalistas profissionais.

Art. 1º Serão aposentados pelos Institutos de Previdência a que pertencerem, com remuneração integral, os jornalistas profissionais que trabalhem em empresas jornalísticas, quando contarem 30 (trinta) anos de serviço.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Tendo sido criada, através da Resolução nº 7, de 1985, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista, a presidência designa, de acordo com as indicações das lideranças, os seguintes senhores Senadores para integrarem a referida Comissão:

Pelo Partido Democrático Social — Titulares — Senadores Virgílio Távora, Roberto Campos, César Cals e Jutahy Magalhães — Suplentes — Jorge Kalume e Moacyr Duarte.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Titulares — Senadores Severo Gomes, João Calmon e Fábio Lucena — Suplentes — Martins Filho e Gastão Müller.

Pelo Partido da Frente Liberal — Titulares — Senadores Milton Cabral e Carlos Lyra — Suplentes — Albano Franco e José Lins.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Tendo em vista a nova proporcionalidade partidária e, de acordo com as indicações das lideranças, a presidência designa, para compor a Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 196, de 1982, destinada a "realizar estudos sobre reforma tributária", os seguintes Senadores:

Pelo Partido Democrático Social — Titulares — Senadores Roberto Campos, Octávio Cardoso e Virgílio Távora — Suplentes — Jutahy Magalhães e Jorge Kalume.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Titulares — Senadores Alberto Silva e Cid Sampaio — Suplentes — Alfredo Campos e Saldanha Derzi.

Pelo Partido da Frente Liberal — Titulares — Senadores José Lins e Nivaldo Machado — Suplente — Américo de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 30 de abril de 1985.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª, nos termos do art. 43, alínea "a", do Regimento Interno do Senado, que ne ausentarei do País, a partir do próximo dia 9/5, quando irei à Portugal, a convite daquele governo, para manter contactos com as autoridades governamentais e presidir a reunião da Associação Internacional de Sociologia (ISA) e, à França, para tratar com as autoridades daquele País sobre a transferência da sede da ISA para Paris.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª os protestos de minha estima e consideração. — Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983; e

— Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1983.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Alexandre Costa — Carlos Alberto — Milton Cabral — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Albano Franco — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se-á

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 101, DE 1985

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 3 a 7 sejam submetidas ao Plenário em 1º, 2º, 3º, 4º e 5º lugares, respectivamente. Sala das Sessões, 9 de maio de 1985. — Martins Filho.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O requerimento lido é de votação imediata.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Sr. Moacyr Duarte — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Será feita a verificação solicitada pelo nobre Senador Moacyr Duarte.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campanhas para chamada dos Srs. Senadores ao Plenário.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 58 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum a Presidência se dispensa de proceder a verificação solicitada.

O requerimento fica prejudicado.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída dos Requerimentos nºs 57 e 58, de 1985; Projetos de Lei do Senado nºs 26/79, e 2, 340, 18 e 320, de 1980, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Volta-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Alberto Silva. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

(O SR. SENADOR PASSOS PÓRTO DEIXA A PRESIDÊNCIA, ASSUMINDO-A EM SEU LUGAR O SR. SENADOR MARCONDES GADELHA.)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Srs. Senadores, encontra-se presente, neste recinto, uma delegação composta de membros do Conselho Administrativo da VALMET.

A delegação é chefiada pelo Sr. Eino Uusitalo, Vice-Presidente do Conselho Administrativo e ex-Primeiro Ministro da Finlândia. Entre os seus componentes se encontram diversos membros do Parlamento finlandês, o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Defesa da Finlândia, o Governador do Banco da Finlândia e diversos outros elevados dignitários daquele país, que se fazem acompanhar do Sr. Kyosti Kaitila, Diretor-Presidente da VALMET do Brasil S.A.

Ao saudar a VALMET, através do seu Conselho Administrativo, queremos expressar a nossa admiração por um conjunto de valores que configuram um invejável comportamento empresarial. Primeiro, a eficiência gerencial, que garante dinamismo e flexibilidade a um gigante; na verdade, um dos maiores grupos empresariais da Finlândia e do mundo, que responde por 1/10 da produção industrial daquele país, com uma gama de produ-

tos que varia desde tratores e implementos agrícolas, até aviões, passando pela construção de navios e equipamentos de defesa, automação industrial, fabricação de papel e até material esportivo.

A VALMET, a título de ilustração, deve-se dizer, é uma empresa estatal, com uma rede de subsidiárias e coligadas, espalhada pelo mundo inteiro, abrangendo os cinco continentes, e convivendo harmoniosamente com todas as formas, modelos e sistemas econômicos.

Em segundo lugar, Srs. Senadores, gostaríamos de ressaltar o rigor ético na elaboração de produtos que, efetivamente, contribuem para o bem-estar e o progresso da humanidade. Rigor que cobre todas as etapas de produção, desde a qualidade das matérias-primas até à própria natureza do bem final, e que assegura a este uma imagem de sobriedade e solidez.

Por último, o aperfeiçoamento contínuo, a busca da excelência e da inovação através da pesquisa e desenvolvimento, que garantem uma capacidade de resposta pronta a cada problema novo e a cada desafio que as necessidades e aspirações individuais e coletivas vão engendrando, à medida que vão se tornando mais sofisticados e complexos os arranjos sociais decorrentes do influxo da tecnologia e da informação.

Mas, ao falarmos na VALMET, estamos falando, de alguma forma também, na própria Finlândia, tal é o paralelismo que se pode montar entre a história da empresa e a história desse país de 60 mil lagos e densas florestas, povoadas de suaves lendas e épicas façanhas, cuja paisagem inspirou o romantismo de Sibelius e forjou a alma generosa e nobre do seu povo. A VALMET é praticamente contemporânea da independência da Finlândia, que ocorreu em 1917, mas as origens de suas atividades remontam ao Século XVIII, através dos famosos e tradicionais estaleiros de Helsinque que lhe serviram de embrião. A VALMET acompanhou cada passo, cada evento da rica e colorida história da Finlândia e a tal ponto se identificou com o país que, sob esse aspecto, pode-se dizer que é muito mais do que uma empresa, é uma amostra da capacidade realizadora de um povo, algo assim entre um cartão de visitas e uma marca de orgulho nacional.

Srs. Senadores, ao falar da VALMET, não podemos esquecer que falamos também um pouco da história da nossa própria agricultura. Estamos falando, também, um pouco do Brasil que essa Companhia conhece como ninguém, porque caminhou cada palmo de terra, revolveu cada camada do seu húmus fecundo e partilhou conosco caminhos de esperança e de confiança nessa atividade. Há um quarto de século precisamente, a VALMET repete esse itinerário, com 175 mil máquinas rodando do Oiapoque ao Chuí, oriundas de sua fábrica em Mogi das Cruzes, e com 250 concessionárias e 7.500 operários.

Pode-se dizer também que a VALMET é, no Brasil, um modelo de relacionamento trabalhista adequado. Não temos tido notícia de conflitos graves, de conflitos sérios, tal é o entendimento entre operários e patrões no seio daquela empresa.

Finalizando, Srs. Senadores, diríamos que, ao saudar a VALMET, estamos saudando o próprio espírito humano em sua mais elevada instância, que é o ato sublime da criação, este rude inconformismo que nos leva obstinadamente a transformar o mundo num ambiente agradável e digno da aventura existencial.

Srs. membros do Conselho Administrativo da VALMET sejam bem-vindos e tenham uma estada feliz em nosso País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Vou suspender a sessão por 5 minutos para que os Srs. Senadores possam cumprimentar os visitantes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17 horas e 12 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES (PFL — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O projeto político para a ocupação econômica do Vale Amazônico não é tão recente, como alguns procuram fazer crer. Surgiu na época em que pela primeira vez foi levantada a questão da construção de uma capital federal no Centro-Oeste, e partiu de deputados paulistas, que preconizavam: "Deste modo fica a Corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa. Desta Corte Central dever-se-á logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem em toda a prontidão as ordens do Governo e se favoreça por eles o comércio do vasto Império do Brasil".

No entanto, a ação política do Executivo nasceu nos primeiros sinais da crise em meados da década dos anos 10. E foi o Marechal Hermes da Fonseca, através da Lei nº 2.542-A, de cinco de janeiro de 1912 quem formulou o primeiro plano de Valorização Econômica da Amazônia e que ainda hoje, por incrível que pareça, permanece, mas que no entanto jamais foi implantada, pois não foram montados os dispositivos operacionais para sua agilitação.

A não execução provocou o colapso da estrutura econômica da região e fez emergir a crise que predominou até a constituição da SPVEA e o surgimento da SUDAM. Foi, portanto, historicamente o Marechal Hermes da Fonseca quem imprimiu racionalidade à ação federal — "Através de um programa qualificável de metas que, para a época constituiu um extraordinário avanço, precursor que foi das modernas técnicas de programação econômica" — no dizer abalizado e técnico do professor Samuel Benchimol, da Universidade do Amazonas.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica e sua sucessora SUDAM — instituições que nasceram sob a égide do diploma legal de Hermes da Fonseca, não encontraram, infelizmente, os caminhos de eficiente exequibilidade.

O interior amazônico, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está necessitando de uma instrumentalização que o conduza ao desenvolvimento. Até o momento, somente as capitais estão sendo beneficiadas pela SUDAM, enquanto que o interior só é beneficiado no que se refere ao processo de interiorização industrial, e a política estadual não possui grandes atrativos para a fixação de minipólos nas áreas citadinas do interior.

— Os distritos industriais no interior, hoje, mais do que nunca, são necessidades imperiosas, porque eles evitarão os contantes fluxos migratórios que se dirigem às capitais, onde as levadas constantes geram problemas sociais de grande repercussão, pois as famílias vindas do interior deixam de ser unidades de produção para transformarem-se em consumidores carentes.

Itacoatiara — que festejou dia 25 de abril seus 111 anos de elevação à categoria de cidade, foi o primeiro município a defender a ideia da fixação de um mini pólo distrital, chegando até a desapropriar áreas para receber os empresários interessados, porém não contando com apoio hoje vê este sonho de desenvolvimento cair por terra.

O Governo Federal precisa adicionar esforços aos governos estaduais visando a implantação de mini distritos industriais no interior. Os que existem, infelizmente, estão defasados e necessitam ser revistos. É a velha história

do Brasil e da Amazônia, é preciso começar de novo, porque os projetos e planos para nossa ocupação econômica somente são agilizados já fora de época e os seus mentores esquecem que se possuímos terra e mão-de-obra, nos falta o principal: o capital.

A Amazônia precisa que sejam esquematizados programas que atraíam investidores, pois afinal é necessário desconcentrar os nossos parques industriais. Precisamos adotar uma política de ocupação mais ágil e flexível quando tratamos da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil tem uma dívida, um compromisso a ser resgatado com a Amazônia e esse somente poderá ser sanado com a ocupação econômica do Vale observando suas condições e peculiaridades, sem agredir o meio ambiente, mas utilizando métodos e técnicas que permitam uma coexistência pacífica entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Era o que tínhamos a reivindicar em nome daquela porção gigantesca de potencialidades que continua lutando para que o pavilhão nacional continue ali tremulando, empunhado pela mão heróica do pequeno gigante que é o homem da Amazônia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli.) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Precisamente há quarenta anos os canhões emudeciam no ensangüentado solo do continente europeu. Os fuzis ensarilhados, passavam a representar o marco doloroso de um dos capítulos mais terríveis da História da humanidade.

Naquele distante oito de maio de mil novecentos e quarenta e cinco, o Exército alemão, completamente destruído, capitulava incondicionalmente perante os exércitos aliados, depois de quase seis anos de uma guerra que se constituiu numa verdadeira hecatombe, deixando um saldo de mais de quarenta milhões de mortos, tudo isso graças à paranóia de um homem que sonhou com o domínio do mundo, na absurda esperança de criar um império para durar mil anos.

Hoje, decorrido todo esse tempo, as cicatrizes ainda estão vivas e abertas pelos caminhos da terra, como símbolos de um totalitarismo para cuja erradicação foi necessária a união de todos os homens livres, num esforço nunca antes registrado.

Entre esses bravos defensores da liberdade é mister destacar os soldados do Brasil, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea e da Marinha de Guerra, cuja participação efetiva nas campanhas de Itália e do Atlântico Sul, representaram um atestado glorioso da bravura e do heroísmo do nosso povo, entre o qual faço questão de destacar, nesta data, os meus conterrâneos do Amazonas, que saídos daqueles rincões longínquos, acostumados à docilidade rotineira de uma vida tranqüila e pacífica, souberam se agigantar na hora do sacrifício, enfrentando condições geofísicas completamente adversas, para oferecer, em holocausto, a própria vida, para a defesa intransigente dos princípios fundamentais da liberdade, da democracia e da dignidade humana.

A eles, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, rendo o preto comovido da minha homenagem mais respeitosa e mais sincera, não apenas em meu nome pessoal, mas também em nome de todo Estado do Amazonas, que tenho a honra de representar nesta Casa. Aos caboclos humildes dos beiradões, aos moços de então, habitantes da Capital e da hinterlândia, que souberam atender ao chamamento da Pátria, com tão elevado espírito de renúncia e com tanto devotamento, seja dirigida a nossa prece de saudade, os salmos da nossa admiração, e os hosanas da nossa gratidão imorredoura, pelo exemplo dignificante que nos legaram, na certeza de que o seu sangue derramado, não o foi em vão, porém, muito ao

contrário, serviu para adubar, com o calor das suas convicções, os novos caminhos do mundo novo que estamos todos empenhados em construir, alicerçado sobre as bases da fraternidade verdadeira, da justiça legítima, do amor e do respeito intransigente à dignidade da pessoa humana.

Aos acordes do clarim da nossa reverência, quedam-nos genuflexos, como se estivéssemos no recolhimento de uma Catedral silenciosa, para elevar as nossas orações, pedindo a Deus ilumine cada vez mais o espírito daqueles irmãos, tão tragicamente à vida, dando-lhes o prêmio justo da Sua Luz e da Sua Glória, como recompensa merecida pelo cumprimento do mais sagrado de todos os deveres, que é exatamente o dever para com a Pátria, berço maior de todo nós, cadinho sacrossanto onde foram forjadas as nossas tradições mais belas e as nossas lendas mais grandiosas.

Portanto, aos pracinhas brasileiros, de maneira genérica, e aos pracinhas amazonenses, de modo particular, na pessoa de Hilário Pimentel, Presidente da Associação Brasileira dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção do Amazonas, o nosso respeito mais profundo e a nossa gratidão mais verdadeira.

A todos, aos que tombaram e aos que, mercê de Deus retornaram ao nosso convívio, Honra ao Mérito! Eles se imortalizaram nas páginas de nossa HISTÓRIA!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro, apoiado pela unanimidade do seu Plenário, aprovou o Ato nº 1, de 1985, que torna obrigatória a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, na prestação de serviços de assistência técnica, nas áreas agrônômica e florestal, quando necessária a emissão de Receita Agrônômica para a aplicação de produtos fitossanitários, agrícolas ou florestais.

Tal iniciativa representa uma avançada medida de controle em relação à prevenção que deve ser adotada, para conter o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura fluminense, com grave repercussão no meio ambiente, dada a difusão dos agentes poluidores.

Deve-se a iniciativa daquele Ato à Câmara de Engenharia Agrônômica do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, cujas atividades vêm sendo desenvolvidas conjuntamente com a Associação dos Engenheiros Agrônomos e dos Engenheiros Florestais, além da imprescindível colaboração de várias outras categorias profissionais, incluindo médicos, veterinários e biólogos.

A medida tem previsão para vigorar a partir deste mês, obtendo a mais ampla divulgação no interior do Estado, esperando-se, ademais, que o CREA-RJ realize convênios com diversos órgãos estaduais e municipais, visando a permitir uma ampla estratégia de ação, através de vigilante fiscalização conjunta.

Trata-se de um ato da maior importância, representativo da relevante atuação do Conselho, em benefício da melhoria da qualidade de vida e na luta contra a poluição, salientando-se que o citado conselho tem, por destinação legal, obrigações na defesa dos interesses sociais e humanos da coletividade que abrange.

Fazemos votos para que o CREA-RJ obtenha, quanto antes, a eficiente implantação do Receituário Agrônômico no Rio de Janeiro, visando a propiciar melhores condições de defesa da qualidade de vida da comunidade fluminense, ao mesmo tempo em que levamos ao Presidente daquele importante organismo, Dr. Arcileu Alves Pinheiro, os melhores votos no sentido da obtenção de significativo êxito, na fiscalização da obrigatoriedade da Anotação de Responsabilidade Técnica nas áreas agrônômica e florestal, lutando vitoriosamente contra a poluição.

O exemplo do CREA do Estado do Rio de Janeiro, na abertura dessa nova frente de luta, precisa ser seguido pelos demais Estados da Federação, em benefício de todo o País e em defesa da melhoria das condições de vida nas áreas rurais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Recebi do Sr. Secretário de Agricultura, uma mensagem que é um alerta para o Sr. Senador Ministro Pedro Simon, no que tange a produção agrícola de Mato Grosso.

Transcrevo o referido documento nesta oportunidade, dando realce aos seguintes pontos que são vitais para que não exista um fracasso no setor agrícola em Mato Grosso. Trata-se do seguinte:

"a) Prorrogação da correção de preços básicos de AGF até os meses de maio e junho, relativo aos produtos em aquisição, a fim de permitir aguardar-se providências e remoção;

b) remoção interna da produção (das áreas com deficiências de armazéns para aquelas que apresentem disponibilidades) e escoamento imediato da produção adquirida para outros Estados, possibilitando dessa forma a continuidade do recebimento de produtos que serão colhidos;

c) autorização para utilização a nível de fazenda de armazéns que apresentem condições adequadas de uso, principalmente daqueles financiados pelo PRONAZEM;

d) recebimento da produção a céu aberto, especialmente de arroz e de milho;

e) viabilização do fornecimento de 5 milhões de sacarias para o devido acondicionamento da produção em aquisição."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GASTÃO MÜLLER EM SEU DISCURSO:

Exmo. Sr.
Dr. Pedro Simon
DD. Ministro da Agricultura
Brasília — DF

Senhor Ministro:

Em reunião realizada dia 23 do corrente nesta Capital com os Senhores Superintendentes e Gerentes das Agências do Banco do Brasil dos Estados de Mato Grosso e Rondônia e Representantes da CFP e desta COAGRI, vimos informá-lo das preocupações expostas, providências efetivadas e necessidades urgentes que se requerem, correspondendo a expectativa de nossos produtores.

Neste momento de colheita da safra agrícola 84/85, a grande preocupação do Governo e dos empresários rurais é a do aproveitamento da totalidade da produção, de forma a não causar frustração ao meio rural mato-grossense. Para melhor agilização da comercialização, estão credenciados pela CFP, alguns armazéns de partilhados, medida esta que embora seja de significativa importância não atenderá a totalidade das necessidades existentes.

Solicitamos a V. Ex.^a, em caráter de urgência, a efetivação das seguintes medidas altamente significativas para Mato Grosso:

a) Prorrogação da correção de preços básicos de AGF até os meses de maio e junho, relativo aos produtos em aquisição, a fim de permitir aguardar-se providências de remoção;

b) remoção interna da produção (das áreas com deficiências de armazéns para aquelas que apresentem disponibilidades) e escoamento imediato da produção adquirida para outros Estados, possibilitando dessa forma a

continuidade do recebimento de produtos que serão colhidos;

c) autorização para utilização a nível de fazendas de armazéns que apresentem condições adequadas de uso, principalmente daqueles financiados pelo PRONAZEM;

d) recebimento da produção a céu aberto, especialmente de arroz e de milho;

e) viabilização do fornecimento de 5 milhões de sacarias para o devido acondicionamento da produção em aquisição.

Senhor Ministro, as aplicações destas medidas de urgência além do atendimento da safra a contento, terá o efeito de satisfazer ao nosso produtor quanto à agilização do Governo em relação ao fruto do seu trabalho, ao mesmo tempo que incentivará a classe produtora a seguir as orientações emanadas dos altos escalões governamentais.

Atenciosamente, — As. Elzio Virgílio Alves Correa, Secretário da Agricultura do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: Dia 8 de Maio de 1985, um dos nossos mais conhecidos "pracinhas" que imolaram suas vidas à procura da paz, nos campos de batalha da Itália, contra o nazi-fascismo, existente há 40 anos atrás, estará sendo homenageado e visitando com sua esposa, a União Soviética, a convite do Comitê Soviético de Veteranos de Guerra. Jamil Amiden, fundador da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, (a primeira e mais antiga Associação fundada no país, no ano de 1946, na cidade do Rio de Janeiro) foi eleito e ocupou todos os cargos da referida Associação, sendo também, o primeiro diretor do Conselho Nacional, o qual ajudou a criar. É o presidente dessa Entidade há vários anos. Eleito, por duas vezes, Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, é autor da maioria da legislação que beneficia seus companheiros de armas. Participou da delegação Brasileira junto à ONU e em missão cultural na Europa. É escritor, teatrólogo, musicista, tendo escrito vários livros, peças de teatro e marchas militares. É, também, membro efetivo da ABI, dos Sindicatos dos escritores do Rio de Janeiro e de Autores Teatrais. Recebeu vários títulos e condecorações, no Brasil e no exterior. Assim, ele é o legítimo representante de um povo combatente, no aniversário de uma triste página da história mundial, onde milhares de cidadãos, de diversas pátrias, imolaram suas vidas, na incessante procura da paz.

Jamil Amiden foi convidado a visitar a URSS, após rigorosa seleção entre os antigos combatentes, pelos méritos acumulados ao longo de sua vida, como cidadão amante de sua pátria. Não bastassem os méritos acumulados, ainda existem outros dos quais pode se orgulhar com justa razão, pois foi o autor da CPI, contra a infiltração da C.I.A., nos Sindicatos Nacionais, em Janeiro de 1967 e concluída em Dezembro do mesmo ano. Naquela época não existia legislação que regulamentava a entrada dos Sindicatos Estrangeiros na vida sindicalista brasileira, Amiden, levantou a questão, apurou-a e a concluiu vitoriosamente, mesmo sob a intervenção pessoal do poderoso Presidente da AFL-CIO-Norte-americana, George C. Meany, que veio ao Brasil, para impedir sua aprovação. Deputado Federal cassado em 16 de Janeiro de 1969, foi um dos que não aprovaram a Anistia decretada nos últimos anos, porque ela não incluiu os militares e outros cidadãos punidos injustamente por abusivos atos institucionais, que seguramente puniam também, a dedicação nacionalista e pacifista de quem sempre lutou a serviço do reconhecimento do real valor do cidadão brasileiro como cidadão e pessoa humana, em suas diversas categorias.

A vida política e pública de Amiden, está cheia de exemplo de patriotismo e luta, mais o que o eleva a condição de Herói, é sua participação na II Guerra Mundial, como convocado, quando cursava a Escola Nacional de Belas Artes.

No teatro de operações de guerra, foi incorporado à 5ª Cia do 6º regimento de infantaria; comandou várias patrulhas de combate, caindo gravemente ferido depois da tomada de Zocca no Vale do Pó, mutilando-se da perna direita.

De volta ao Brasil, o exemplo incansável do lutador pela paz e pela liberdade, em nele o paradigma daqueles que mesmo feridos, não desistiram da dura luta pelos direitos humanos.

Reconhecendo esses méritos e muitos outros mais é que a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, uma das maiores potências mundiais, também participantes da cruel guerra dos anos 40, chamou Jamil Amiden, para ser homenageado como o autêntico representante do povo em campanha, os heróicos pracinhas Brasileiros, aqueles que deram as gotas de seus sangues, pela eterna luta da concórdia mundial.

Jamil Amiden, não representa apenas o combatente, ou o militar patriota que cumpriu para com o seu dever, através de sua longa vida pública, como cidadão civil, mostrou a incansável energia de quem procura, por todos os meios, a segurança da paz, ameaçada agora por negros sinais de uma terceira conflagração Mundial.

A experiência dos veteranos de Guerra de todo o Mundo, que se reunirão em Moscou, para festejar o fim dos sangrentos conflitos, lembrará ao mundo, que a paz pode ser conseguida com a luta incessante em prol do entendimento entre os povos. O Brasil não podia estar ausente desse evento, máximo, neste momento, já que as relações diplomáticas e comerciais com os países do Leste Europeu, abrem novas portas para o desenvolvimento brasileiro. Peço, Sr. Presidente, dada a importância do evento, mandar transcrever a seguir de meu pronunciamento, o discurso que nesta data está pronunciando em Moscou o nosso ilustre patricio e herói da FEB — Jamil Amiden, cujo texto anexo ao meu discurso.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

MENSAGEM AO COMITÊ SOVIÉTICO DE VETERANOS DE GUERRA, PELO TRANSCURSO DO 40º ANIVERSÁRIO DO FIM DA 2ª GUERRA MUNDIAL.

A Associação dos ex-Combatentes do Brasil, cujos membros lutaram com o fim de implementar a paz entre os povos, tem, por isso mesmo, como um de seus objetivos primordiais a defesa intransigente dos princípios democráticos e das liberdades fundamentais estabelecidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Quarenta anos se passaram em que nós, os ex-Combatentes da II Guerra Mundial do Brasil, no honro-

so cumprimento do dever, estivemos às vezes tão perto de vocês, que nunca deixaríamos de nos lembrar dos tempos em que nos falavam que "talvez um dia" entrássemos em contato com tropas russas, que igual a nós, também lutavam em prol dos grandes ideais de liberdade e direitos do homem. Se isso não aconteceu na prática, em pleno campo de batalha, está acontecendo agora, momento em que conservamos na memória, fatos tristes e alegres a recordar, e feridas a exibir do grande desatino humano, qual é de pôr frente a frente pessoas, humanos, como nós, que sem nem se conhecerem, e nem sentir nenhum ódio um contra o outro, apertamos o gatilho, no cumprimento de ideais maiores, que a vida toda estamos sempre perseguindo.

Quando em 1983, visitava uma parte da Grande República da China, dizia a eles: "Somos do outro lado do mundo, do outro hemisfério, somos um povo ainda muito jovem, que se vem formando, através da plena abertura das nossas fronteiras, etnicamente pelas diversas raças que no nosso País se fixam e encontram seus espaços, perfeitamente iguais aos espaços dos nativos". Hoje volto a falar do mesmo jeito, a uma das nações mais evoluídas do mundo, de uma evolução social e democrática que muitas nações desejariam alcançar, nações essas que, por dificuldades históricas, ainda não ultrapassadas, continuam lutando, à busca do seu destino e identidade históricas, que um dia chegará à medida que a evolução social do mundo avance e permita a irmandade da paz entre todos os povos.

A grave consciência que nós temos do perigo iminente de novas convulsões internacionais, faz com que neste interregno de um longo armistício, continuemos lutando incessantemente pela paz, e nesse sentido conhecida é a fama da União Soviética, como um povo voltado integralmente a conseguí-la. Me honra estar aqui, e compartilhar nestes momentos, belos instantes que desejaria durassem toda a eternidade, pois estamos reunidos neste momento, representantes de todas as latitudes da terra, que um dia empunharam as armas, na defesa dessa ansiada paz.

Em todas as épocas e em todos os tempos, ao exército incumbia-se a defesa da honra e da integridade de todas as pátrias, podemos afirmar ser o exército a alma "mater" de qualquer nação, nele se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, da ordem e da disciplina, mas nunca nos esqueçamos que esses exércitos estão sempre formados de civis, que são a essência dos povos, chamados à campanha, povos oriundos de trabalhadores, que graças ao movimento constante das idéias, têm seus lugares marcados na sociedade.

Hoje estou no meio de um povo, que tem como essência, sua força trabalhista, sua epopéia, sua luta, seus heróis, sua literatura, sua música e sua cultura, que não são desconhecidas para nós brasileiros, que admiramos e gostamos desta nação. Esperamos que agora, momento em que no nosso País, se percebe a incrementação das relações bilaterais com países que desejam maiores inter-

câmbios, nossas relações sejam maiores e mais estreitas, pois, nós brasileiros, desejamos ver o que a União Soviética, pode nos oferecer. De outro lado, surge a oportunidade do povo da União Soviética perceber o quanto de bom, temos nós também a lhes ofertar.

Mas, o que me enche de satisfação, é me ver reunido a veteranos de todo o mundo, que derramaram o sangue e o suor para dar o máximo de si, para servir a sociedade, todos aqui oferecemos em nossos respectivos países importantes contribuições para a reconstrução nacional. Somos os remanescentes dos que sobraram de uma guerra mundial, a ausência de muitos de nossos camaradas e amigos neste momento, que deveriam compartilhar de nossa alegria, é nosso único motivo de frustração; ...mas de que valem as lamentações?

Nosso dever, é agora falar a vocês que nos escutam, que nunca estiveram numa horrenda guerra como a nossa: vamos lutar pela paz; por amor de Deus; vamos lutar todos juntos e irmanados, para dar aos nossos filhos e netos, um mundo melhor!

Muito obrigado, em meu nome, da minha esposa, dos meus companheiros veteranos de Guerra e da Associação dos ex-Combatentes do Brasil, a mais antiga fundada no meu País.

Saudações expedicionárias. — **Jamil Amiden, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 46, de 1985), do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui a semana nacional do jovem e dá outras providências.

— 2 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, tendo

Parecer, sob nº 45, de 1985, da comissão — **de Redação**, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas.)

Ata da 65ª Sessão, em 9 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. José Fragelli,

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Car-

los Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Daila — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Sa-

turnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Não há expedientes a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 46, de 1985), do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui a Semana Nacional do Jovem e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Encerrada a discussão a redação final é dada como definitivamente aprovada nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983.

Institui a Semana Nacional do Jovem e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a Semana Nacional do Jovem, a ser comemorada, anualmente, nos últimos sete dias do mês de setembro.

Art. 2º Durante a Semana Nacional do Jovem todos os órgãos de comunicação do País reservarão espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e sua importância na vida nacional.

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino de todos os níveis desenvolverão, na época, sob a orientação dos Ministérios da Educação e da Cultura, palestras, conferências, campanhas, concursos de redação e jogos, tendo por motivo a juventude.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1983, de autoria do Senador Moacyr Duarte, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, tendo

Parecer, sob nº 45, de 1985, da Comissão

— De Redação, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para o 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1983.

Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações oficiais da União, dos Estados e Municípios, deverão ser expedidos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

Art. 2º Nos requerimentos que objetivam a obtenção das certidões a que se refere esta Lei, deverão os interessados fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.

Art. 3º Esgotado o prazo a que se refere o art. 1º, a negativa ou retardamento de expedição da certidão importa em crime de responsabilidade para a autoridade ou servidor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 57, de 1985, de autoria dos Líderes Gastão Müller e Moacyr Duarte, requerendo, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício S/2, de 1985, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de crédito externo no valor de cinquenta milhões de dólares.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 58, de 1985, de autoria dos Líderes Gastão Müller e Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº S/8, de 1985, através do qual o Prefeito municipal de Anápolis (GO), solicita autorização do Senado para que aquela prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares).

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafos ao Art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Pareceres, sob nºs 184 e 185, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e

— de Legislação Social, Favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a escola e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior, tendo

Pareceres, sob nºs 747 e 748, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Moacyr Dalla; e

— de Educação e Cultura, Favorável.

5

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1980, de autoria da Senadora Eunice Michiles, que acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional, tendo

Pareceres, sob nºs 445 a 447, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Jorge Kalume.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do Art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico, tendo

Pareceres, sob nº 1.032, de 1980 e nº 415, de 1984, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, 1º Pronunciamento: pela inconstitucionalidade; 2º Pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) — ratificando seu parecer anterior.

7

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NIVALDO MACHADO NA SESSÃO DE 30-4-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois assuntos, que considero importantes justificam a minha presença na tribuna do Senado, neste momento. Um deles é particularmente relevante para mim, uma vez que se refere à velha e legendaria cidade de Olinda, que, por ser patrimônio natural e cultural da humanidade, também interessa a todos os Senadores.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do problema da defesa das praias atingidas pelas ressacas, fenômeno que vem desfigurando a paisagem da antiga capital pernambucana. Problema sério, problema que vem sendo enfrentado há longos anos, mas que, até o momento, ainda não encontrou a devida solução. Ainda há pouco, há cerca de dois ou três meses, para dar prosseguimento à construção de um cais de proteção às praias daquela cidade, foi assinado convênio entre o Ministério do Interior e o Governo de Pernambuco, destinando recursos da ordem de 3 bilhões de cruzeiros para a execução de um trecho daquele serviço.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocorre que, dessa verba, apenas a metade, 1 bilhão e 500 milhões, foi liberada. Isso implicaria na paralisação dos serviços, uma vez que do Estado não se podia exigir mais, principalmente agora, quando tem de enfrentar o drama das enchentes, atingindo grande parte da sua população. Mas é preciso que se registre: o Governador Roberto Magalhães, homem de decisões prontas, de logo sentiu que não era possível deixar que esse serviço fosse interrompido, e Olinda, em consequência, ficasse exposta à ação do fenômeno das ressacas que, como disse e repito, há tanto tempo vem afligindo e castigando as populações da minha cidade. Não só o fato de representar Pernambuco, e ter nascido em Olinda, não só esse fato me traz à tribuna desta Casa. Também a maior obrigação do Poder Público Federal em relação a antiga capital pernambucana, hoje patrimônio natural e cultural da humanidade, me impõe o dever de cobrar que vultosos recursos sejam destinados à cidade, a exemplo do que acontece com Ouro Preto que, segundo informações, recebe ajuda até para pavimentação de ruas e outros serviços da alçada da administração municipal. Assim, não é fora de propósito, que faço uso da tribuna do Senado para pedir que o Governo da União volte as suas vistas em favor de Olinda, município que apresenta uma das mais altas taxas de densidade demográfica do País, 350 mil habitantes a mercê de um orçamento reduzido.

Essa a razão maior que justifica o atendimento desse justo pleito: liberação do restante dos recursos convenientes. Por isso, valho-me desta oportunidade para dirigir veemente apelo ao Exmº Sr. Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, nesse sentido, na certeza de que encontre a ressonância que merece.

Registro, por um imperativo de justiça a louvável iniciativa do Governador Roberto Magalhães, de destinar 2 bilhões de cruzeiros — na hora difícil em que se encontra o Estado com problemas que exigem soluções urgentes, entre as quais o da calamidade decorrente das chuvas — para que as obras não sofressem solução de continuidade. É um gesto que merece o nosso reconhecimento e define a ação pronta de um governante conscio de suas responsabilidades e sensível aos problemas coletivos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o outro assunto que me traz a esta tribuna, já aqui aludido pelo ilustre Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena, prende-se à decretação dos novos níveis do salário mínimo por decisão do Presidente José Sarney. Quero, antes de abordar problema, dirigir a minha saudação cordial e fraterna ao trabalhador brasileiro, pelo discurso, amanhã, do Dia do Trabalho. Todos sabemos que esse dia não será comemorado com a alegria e o júbilo que deveriam marcar a data, se a maioria do operariado estivesse fruindo um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. Sabemos quanto sofre o assalariado; conhecemos as suas dificuldades, as suas aflições, as suas angústias. Temos conhecimento da luta que trava pela manutenção da família, em geral numerosa, diante de salários cada vez mais minguados, cada vez mais reduzidos no seu poder de compra, por uma inflação que se tem mostrado rebelde a toda sorte de combate, através de instrumentos de política econômica, que não têm produzido os resultados esperados. Se se quer combater a inflação que se usem outros instrumentos, e não os clássicos, conhecidos e aplicados, como panacéia milagrosa, em todos os países do mundo. Com a terapêutica já experimentada não chegaremos a resultado nenhum, porque, muitas vezes, se copiam modelos adotados em outros países, de situação totalmente diversa da nossa. Essa a razão do seu fracasso. Sem o senso da realidade, sem pragmatismo, o combate à inflação será inócuo; e o fenômeno inflacionário, caracterizado pelo seu aspecto anti-social, continuará a obra de devastação da economia nacional, e principalmente da força de trabalho, maior vítima dos

seus danosos efeitos. Sem dúvida, o trabalhador que contribui com sacrifício, suor e lágrimas para a construção da grandeza de nosso País, vem pagando elevado e pesados tributos ao longo dos anos, dele se exigindo mais do que pode dar e o que seria lícito e justo cobrar por uma inflação que tem gerado miséria para muitos e benefícios para poucos, entre os quais se situam os que atuam no setor financeiro.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero, nesta hora dizer que a decisão do Presidente José Sarney, não é só o gesto simbólico, de aumentar os novos níveis salariais acima do INPC, mas um primeiro passo, como salientou o Senador Humberto Lucena, — e para mim decisivo e auspicioso — em busca da reposição do poder de compra dos ganhos do trabalhador, corrigindo os desequilíbrios acumulados no passado.

A inflação, pela qual o assalariado não é responsável, tem exigido dele, não é demais dizer, muito de sacrifício, de luta, de trabalho, de angústia e de aflição. Não podemos pensar, sem dúvida alguma, em praticar o regime democrático nem em instituições estáveis, a grande maioria do povo brasileiro é privada do mínimo necessário a um padrão de vida ao nível da dignidade da pessoa humana. A democracia não pode conviver com a fome, a miséria, a ignorância, o analfabetismo e todas as formas de servidão humana.

Sr. Presidente, não é possível admitir a sobrevivência do regime sob cuja égide o povo deseja viver, dentro desse contexto, que já agora não atinge só as chamadas classes menos favorecidas, mas a classe média, tida como sustentáculo, fulcro do regime democrático. Como se vê, não só o assalariado de menor remuneração é vítima da crueldade do processo inflacionário, ao lado da diminuição crescente do poder aquisitivo dos seus ganhos.

Sim, a própria classe média já se vê diante de uma nova realidade social; aspirando a ter mais, e não podendo conquistar por esse fenômeno melhor padrão de vida, fica insatisfeita, gerando tensões sociais que abalam os fundamentos das instituições democráticas, como decorrência da frustração de expectativas crescentes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso, pela exiguidade do tempo que disponho, — e por não pretender cansar mais os Srs. Senadores — continuar desenvolvendo outras considerações para justificar esse meu despretensioso pronunciamento. O meu propósito de exaltar o procedimento do Presidente José Sarney, com o apoio da Aliança Democrática, vale dizer, do PMDB e da Frente Liberal, na hora em que são fixados os novos níveis salariais acima do INPC, considero-o plenamente justificado, pela receptividade com que foi acolhido o decreto assinado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

Quero, portanto, nesta hora, ao registrar o alcance do gesto do Presidente reconhecer que, se não é o reajuste concedido o suficiente para repor a capacidade aquisitiva do trabalhador — o que o próprio Governo testemunha — representa, por outro lado, como o próprio operariado reconhece, o primeiro grande passo na direção da plena restauração da institucionalização do princípio da justiça social na fixação do quinhão que cabe ao trabalho na distribuição da riqueza, fruto do esforço e do sacrifício de toda a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nobre Senador, V. Exª dispõe de 3 minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. NIVALDO MACHADO — Vou atender, Sr. Presidente, a advertência da Mesa, que, fiel ao cumprimento da Lei Interna, se obriga a essa providência. Essas despretensiosas considerações noutra hora e com maior tempo, poderão ser alongados.

Concluindo, impõe-se dizer que, embora sabendo não ser o decretado, o salário que o trabalhador merece,

como contrapartida justa do seu esforço e do seu sacrifício, não deixa de significar no consenso quase unânime das classes interessadas, algo de novo, de positivo e de auspicioso nesse campo, nesta promissora fase da vida do País. Fiel ao compromisso da Aliança Democrática, inspirado por esse grande brasileiro e líder, que foi o eminente Presidente Tancredo Neves, o Presidente José Sarney, com o apoio dos seus companheiros, não frustrará as esperanças do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 8-5-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sr. Presidente, gostaria, inicialmente, de agradecer a gentileza do Senador Jorge Kalume, possibilitando-se a leitura do manifesto dos Vereadores de Belo Horizonte:

“Os altos propósitos que inspiraram o imortal Presidente Tancredo Neves à concretização da Nova República, de modo a que se rompessem definitivamente todos os liames que nos atassem aos obscuros anos de arbítrio militarista, são os mesmos que levam a Câmara Municipal de Belo Horizonte a um contato mais próximo com as lideranças políticas em Brasília.

O exercício do diálogo, entendem os vereadores da Capital mineira, constitui-se no único instrumento capaz de consolidar a Nova República, dando-lhe o respaldo popular necessário e indispensável à assimilação ampla das reformas que ela vier a instituir.

As soluções de gabinete, muito próprias daqueles que “governaram este país por vinte anos, não podem ser a tônica do governo que se instala sob a égide da liberdade e da democracia irrestrita. Distantes da realidade, alheias aos anseios populares, essas decisões são fadadas ao fracasso e à insatisfação popular. É preciso que o povo, por seus representantes, esteja presente às discussões dos problemas nacionais que, em última análise, são essencialmente seus.

Movidos pelo desejo maior de colaborar na discussão de problemas que envolvem as carências nacionais, representantes de todos os partidos políticos com assento na Câmara Municipal de Belo Horizonte, colocam ao exame daqueles em cujas mãos encontra-se a instrumentalização da Nova República os seguintes e fundamentais aspectos:

- 1 — Plano de emergência no combate ao desemprego e à fome
- 2 — Autonomia dos municípios
- 3 — Reforma Tributária
- 4 — Saúde e saneamento
- 5 — Reforma do ensino
- 6 — Política de abastecimento
- 7 — Política habitacional
- 8 — Planejamento urbano
- 9 — Reaquecimento industrial
- 10 — Regiões metropolitanas
- 11 — Política ambiental
- 12 — Reforma agrária
- 13 — Revisão dos acordos com o Fundo Monetário Internacional
- 14 — Direitos do cidadão

a — Do menor abandonado

b — Da mulher

c — Do negro

d — Do índio

15 — Prerrogativas do Legislativo

16 — Eleições nas Capitais, Estâncias Hidrominerais e Municípios considerados de segurança nacional

17 — Legalização dos partidos clandestinos.

Colocados, na ótica do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, os principais pontos que entravam a formação de uma sociedade mais justa, é feita a convocação daqueles a quem estão afetas as soluções pretendidas ao debate das questões suscitadas, de modo a que se possam estabelecer parâmetros ideais à formulação de medidas eficazes e que correspondam às reais aspirações dos brasileiros.

Quer a Câmara Municipal da Capital de Minas estabelecer em seu Plenário um fórum de debates e, para tanto, espera das autoridades a serem convidadas a honra da presença, na convicção de que o que se pretende nada mais é que procurar meios para a construção do Brasil que povoava os sonhos do Presidente de todos nós, Dr. Tancredo Neves.

Somos uma terra cujo povo não admite o cerceamento de sua liberdade. Minas tem dado ao Brasil seguidos exemplos de coragem e de civismo. Seus filhos, de Tiradentes a Tancredo, são uma lição viva de um arraigado espírito de brasilidade, de incontido desejo de servir à Pátria. Muitos são os aspectos que Minas não abre mão de discutir, de debater e de oferecer sua experiência política na busca de meios que possam determinar a formação de uma sociedade ideal, moldada no respeito aos direitos do homem, firmada nos mais absolutos conceitos de liberdade e de amor ao próximo. O que se espera

da Constituinte a ser convocada pelo eminente Presidente José Sarney são instrumentos legais de largo sentido social, ao nível dos sentimentos libertários do povo brasileiro, cansado de curvar-se à inflexibilidade de atos institucionais, de decretos-leis e de leis cuja aprovação não foi fruto do discernimento, mas resultado da imposição e do temor.

Liberdade, ainda que tardia.

Portanto, Sr. Presidente, faço constar dos Anais esse documento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Se V. Ex^a me permitisse, ainda que ligeiramente, recordaria, Sr. Presidente, que hoje são passados 40 anos em que o mundo assistia ao final da II Guerra Mundial, exigindo de todos nós momentos de profunda meditação e reflexão.

A verdade é que, infelizmente, o mundo não encontrou a verdadeira paz, tão sonhada por toda a humanidade.

Guerras localizadas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aí estão.

Assistimos bem de perto o problema da Nicarágua. Quantos conflitos internos se processam ainda em outras terras? E a presença do Brasil, particularmente nas Nações Unidas, se torna fundamental pelo espírito pacifista do povo brasileiro. É mais do que justo o sentimento de, mais de uma vez, saudarmos as nossas Forças Armadas e todos os brasileiros que lutaram nos campos da Itália, um preito de saudade aos que lá tombaram, as nossas homenagens aos que voltaram à Pátria, alguns, hoje, esquecidos.

Momentos de reflexão por quê? Porque se teima em aceitar o que falava um ex-Secretário de Estado norte-americano, que o mundo continua bipolar: URSS e EEUU. E tanto isso é verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que em relação aos armamentos, as Nações Unidas deitam as chamadas armas convencionais, mas todos os artefatos nucleares só podem e são discutidos pelas duas grandes potências. Não a quem acreditar na ONU e apoiá-la.

Vamos esperar que nesse dia em que a humanidade comemora o fim da II Grande Guerra, nunca mais o planeta terra escute o troar dos canhões, a destruição de cidades, enfim que o ódio seja substituído pelo amor.

É necessário que tais potências recordem que 2/3 da humanidade permanece em estado de absoluta pobreza.

A Nação brasileira se reencontra com a democracia. E o Brasil, que deverá ser a grande Nação do século XXI, do 3º milênio, deverá insistir sempre nos foros internacionais na defesa do bem comum, da verdadeira paz, da busca de um desenvolvimento harmônico para todos os povos.

Portanto, Sr. Presidente, nesta singela proclamação, aqui da tribuna, nós saudamos os 40 anos do Dia da Vitória com o coração cheio de esperança de que a humanidade haverá de encontrar a paz tão sonhada e buscada por todos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)